

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

 **Avante!**

Ano 53 - Série VII - N.º 483  
7 de Abril de 1983

Preço: 20\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

**PROGRAMA ELEITORAL DO PCP COMPROVA**

**SAIR DA CRISE  
É POSSÍVEL**

**A APU  
TEM SOLUÇÕES**

O Suplemento desta edição do «Avante!» é inteiramente preenchido com o texto integral do Programa Eleitoral do PCP



**A campanha: noticiário, reportagens, agenda nas págs. 2, 3, 4, 5 e 6**

**ÁLVARO CUNHAL EM AVEIRO, BRAGA, VIANA DO CASTELO E PORTO**

**SEXTA-FEIRA, DIA 8** • Em **Aveiro**, às **21 horas**, **comício** no Cine-Teatro Aveirense, com a participação de Zita Seabra, Manuel Matos e Celsa Pimenta e encerramento com espectáculo de Carlos do Carmo • Em **Espinho**, às **21 e 30**, **comício** com a participação também de Zita Seabra, Joaquim Almeida e Manuel Freire e espectáculo de abertura de Carlos do Carmo • **SÁBADO, DIA 9** • **Almoço** de convívio democrático em **Paredes de Coura** • Visitas e contactos com a população em **Ponte de Lima**, **Vilar de Mouros** e **Caminha** • Às **17 horas**, na Praça da República, em **Viana do Castelo**, **comício** em que também participarão José Manuel Tengarrinha e Maurício e Sousa e de que faz parte espectáculo com a Brigada Victor Jara e grupos folclóricos da região • Às **21 e 30**, **comício** na Praça do Município, em **Braga**, que encerrará com espectáculo de Carlos Mendes • **DOMINGO, DIA 10** • **comício** durante a **feira da APU** que se realiza na Praça Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade, no **Porto**, e cujo programa inclui igualmente, às 10 horas, uma manhã infantil com canções, palhaços, provas desportivas e pintura infantil e uma corrida da juventude; ao início da tarde, desfile de cortejo alegórico da APU com ranchos folclóricos, bandas, gaiteros e fanfarras; e, a partir das 15 horas, espectáculos com Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, Brigada Victor Jara, grupo «Roquivários» e baile

# SEMANA

30  
Quarta-feira



«Juramento» aos americanos

O PCP divulga o seu programa eleitoral no qual se refere a dado passo que «a solução dos problemas nacionais está inteiramente ao alcance do povo português».

Maquinistas, revisores e pessoal de estação recusam-se a acatar a requisição civil decretada pelo Governo na sequência da greve de seis dias marcada pela chamada Frente dos Sindicatos Democráticos e Independentes da CP. Falam os sócios do «American Club». Mota Pinto garante a continuação da luta do PSD contra a «penetração do marxismo». A CGTP-IN considera em comunicado que a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) não possui qualquer «alternativa para sair da crise», antes pretende prolongar a política actual. Os trabalhadores ingleses declaram que se o seu partido vier a constituir governo retirarão o país da CEE durante o mandato de cinco anos e proibirão a instalação de mísseis Cruise norte-americanos no território britânico. Ronald Reagan confirma em Washington que a sua mais recente proposta sobre os mísseis nucleares de médio alcance não passa de uma reformulação da «opção zero». O governo da Nicarágua acusa o exército das Honduras de desencadear novas agressões militares contra o seu país.

31  
Quinta-feira

Num colóquio sobre questões de habitação realizado na Casa da Imprensa, Veiga de Oliveira afirma que o PCP é abertamente contra o aumento das rendas de casa e tem formas para resolver o problema dos senhorios pobres sem ser à custa dos inquilinos. Apesar da requisição civil decretada pelo Governo os comboios continuam parados na maior parte da rede ferroviária nacional. Em greve desde o passado dia 18, trabalhadores da Eduardo Ferreirinha e Irmãos (EFI) em concentração junto à Câmara do Porto decidiram endurecer as formas de luta contra o atraso no pagamento dos seus salários. A delegada do Partido Socialista Progressista do Libano presente no Congresso da Internacional Socialista em Monteçoro considerou existir uma «forte influência sionista no interior da IS» e admitiu a hipótese de o seu partido vir a abandonar a organização. O encarregado de negócios interino da embaixada da Bulgária em Roma realinha a inocência do cidadão búlgaro Serguei Antonov e considera que todo este processo constitui uma clara invenção provocatória.

1  
Sexta-feira

Milhares de turistas espanhóis dirigem-se ao nosso País para passar o período da Páscoa. Em comunicado da sua direcção, a Juventude Comunista Portuguesa declara que «tal como Crespo e Fraústo não foram alternativa a Cardia, nem o novo Cardia será alternativa a Crespo e Fraústo». O ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua afirmou que os Estados Unidos «desencadeiam uma guerra contra a Nicarágua». Em declarações proferidas numa conferência de imprensa em Moscovo o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko, considera «inaaceitável» para a União Soviética a proposta do presidente Reagan sobre redução de euromísseis.

2  
Sábado



Para quando os comboios?

Álvaro Cunhal declara em Évora que só «uma política que respeite a Constituição, as conquistas de Abril, a ordem e a legalidade democráticas e garanta a independência nacional», permitirá fazer sair o País da crise. Os participantes num debate travado na Cooperativa dos Pedreiros concluíram que é má a situação económica e social das empresas do sector metalúrgico e material eléctrico da região do Porto. Em resposta à greve dos maquinistas, revisores e pessoal de estação da CP, o Governo instaurou processos disciplinares visando o despedimento de cerca de 400 trabalhadores. Segundo informação das agências noticiosas eleva-se a mais de 500 o número de pessoas que morreram em consequência do sismo que abalou a cidade de Popayan, na Colômbia. O primeiro-ministro Pierre Mauroy decreta uma série de aumentos na sequência do plano de austeridade aprovado pelo novo governo francês.

3  
Domingo

O Sindicato dos Bancários do Norte e o Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais condenaram, em comunicados assinados pelas respectivas direcções as exigências feitas pelo grande patronato no encontro promovido pela CIP no Porto. A chamada Frente dos Sindicatos Independentes e Democráticos da CP decide prolongar por tempo indeterminado a greve na empresa. Mais de meio milhão de pessoas manifestam-se em várias cidades da Alemanha Federal contra a instalação dos mísseis nucleares norte-americanos na Europa ocidental. Cerca de 600 jovens palestinianos da cidade de Yata, neste momento ocupada por Israel, foram já hospitalizados em consequência de uma intoxicação que, segundo Arafat, é da autoria dos ocupantes sionistas. O «New York Times» confirmou que os Estados Unidos fornecem assistência militar e informações aos bandos sionistas que invadiram a Nicarágua a partir das Honduras.

4  
Segunda-feira



Em jogo o futuro de Portugal

Teve início às 0 horas a campanha eleitoral para a Assembleia da República; em jogo está a futura composição do Parlamento de que dependerá em larga medida a política que Portugal vai seguir depois do 25 de Abril. A Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval comemora o oitavo aniversário da sua constituição. Segundo representantes dos trabalhadores a «ANOP vive uma situação de ruptura financeira que põe em causa o normal funcionamento do seu serviço noticioso e impede o pagamento dos salários». Shimon Peres, dirigente dos trabalhistas israelenses, opõe-se a que a OLP esteja representada no Congresso da Internacional Socialista a realizar no próximo dia 7 em Monteçoro, no Algarve.

5  
Terça-feira

O Ministério dos Transportes comunica que liquidará quando for possível, apenas parte dos salários de Março aos trabalhadores da CP, com base no ordenado mínimo nacional. O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos decide, entretanto, que o Ministério da Defesa proceda às diligências necessárias para que o transporte de mercadorias essenciais, acumuladas nas estações ferroviárias, seja feito por veículos militares. Na sequência duma manifestação contra o desemprego, voltam a registar-se confrontos violentos entre forças policiais e manifestantes na cidade brasileira de S. Paulo.

## Editorial

# ALTERNATIVA E OPÇÃO DE VOTO

Na batalha eleitoral que vai decidir-se no dia 25 de Abril, cujos resultados podem viabilizar soluções inadiáveis para problemas fundamentais da nossa vida nacional, algumas questões de primeiro plano assumem candente actualidade, adquirem conteúdo e forma definitivos, abrem caminho.

A da alternativa à derrotada e defunta «AD» coloca-se com cada vez maior força à opção de voto dos portugueses, torna-se elemento essencial de uma necessária e profunda mudança na situação nacional, como temos vindo a defender.

Simultaneamente, pela acção exclusiva do PCP e da APU, vão-se definindo coordenadas, a questão da alternativa clarifica-se à medida que a campanha eleitoral atinge o auge — é uma questão que se impõe de maneira premente às forças democráticas e patrióticas.

Considerar-la na sua função essencial significa dar respostas a interrogações atinentes:

Uma, que política imediata para travar primeiro e inverter depois a corrida para o abismo, para arrancar Portugal do atoleiro da crise para onde o atirou a «AD»?

Outra, que forças políticas, que Governo, para a executar?

Outra ainda, que base social privilegiar e garantir para que possa triunfar?

Relativamente à primeira interrogação, e quanto às propostas conhecidas que têm um suporte partidário significativo no quadro político actual, o seu valor deve aferir-se pelo seu realismo, pela viabilidade prática, pela efectiva linha de interesses que as inspira e determina.

A política imediata e os programas eleitorais do PSD, do CDS e do PS não travam nada a corrida para o abismo, representam, sim, uma tentativa de «gestão da crise» na linha de continuidade da política falida da «AD».

Têm os mesmos fundamentos, apontam para metas já experimentadas que representariam novos agravamentos da situação do Povo; servem os objectivos mesquinhos da acumulação capitalista à custa da exploração agravada das classes trabalhadoras e das classes intermédias da população; amarrariam ainda mais o País nos tentáculos do capital estrangeiro e do imperialismo.

Uma simples leitura dos programas eleitorais e o cômputo das declarações dos chefes dos partidos da defunta «AD» e do PS, comparativamente às medidas preconizadas pelo PCP e pela Aliança Povo Unido, permitem uma distinção radical: só as medidas preconizadas pelo PCP e pela APU representam uma real mudança na situação nacional, só elas garantiriam a superação da crise económica e financeira, só elas apontam soluções na linha dos interesses elementares do Povo e do País.

Os objectivos fundamentais que constituem as grandes linhas do programa eleitoral do PCP, representam uma verdadeira alternativa democrática à política da defunta «AD» e um propósito real de vencer a crise.

Quando se põe como objectivo o respeito pela legalidade constitucional e consolidação da democracia, há uma radical distinção face aos que, como o PSD e o CDS, colocam abertamente a necessidade de uma nova revisão da Constituição no sentido reaccionário ou ao PS que, sem a per abertamente se propõe operá-la de facto pela via legislativa.

Quando as medidas apontam uma política económica para vencer a crise e assegurar o desenvolvimento do País e a definem nos aspectos essenciais, há uma radical distinção face às medidas preconizadas pelo PSD, o CDS e o PS que têm confessadamente um fundamento comum: a defesa da chamada «economia de mercado», isto é, a defesa da mesma política económica e financeira que levou Portugal à beira do desastre nos últimos sete anos.

Quando se propõe o objectivo de melhorar as condições de vida do Povo e se definem os seus aspectos essenciais, há uma radical distinção face aos do PSD, do CDS e do PS que se propõem «gerir a crise» à custa do agravamento das condições de vida do Povo.

Quando se propõe uma política externa de independência, paz e cooperação e se definem os seus aspectos concretos essenciais, os três partidos da defunta «AD» e o PS preconizam de facto o reforço da submissão ao imperialismo, o agravamento dos encargos e compromissos no âmbito da NATO.

As propostas políticas do PSD, do CDS e do próprio PS não são nem podem ser alternativa à política da «AD». É a sua continuação de facto nas principais características que a definem e na base da que foi iniciada e praticada pelo PS de 1976 a 1978.

A forma como os chefes dos partidos da defunta «AD» — o PSD e o CDS — e o secretário-geral do PS apresentam as suas ambíguas propostas é significativa.

Mota Pinto, à falta de uma definição programática suficientemente fundamentada e articulada, atrai aos quatro ventos que a questão principal é a da «liderança» a de um chefe que imponha «autoridade».

Está claro, segundo ele próprio Mota Pinto, o «líder» é ele, Mota Pinto, o novo «catedrático de Coimbra». De resto já deu as suas provas como chefe do Governo a seguir à falhada experiência do PS.

Lucas Pires assumiu-se claramente como político de direita, como chefe de fila de uma «AD» renovada.

Mário Soares mercadeja com os «100 dias e as 100 medidas» do PS que ele, remetendo-se para o papel (dó muito trabalho decoradas...) define nas linhas gerais: (na) reservas de ouro para pagar as dívidas, nova desvalorização do escudo (sabe-se que no dia seguinte ao anúncio desta estranha intenção de Mário Soares a especulação com o dólar no mercado negro alcançou uma cotação superior em mais de 7%) novas subidas de preços, do desemprego, das taxas de juro; novas falências, novos cortes no investimento público e em subsídios de incidência social — como afirmou na conferência de imprensa de 8 de Março.

Que forças, que alianças, que governo, preconizam os partidos da direita e o PS para executarem a sua política?

São irrelevantes para as forças democráticas os «ar-rufos», os arranjos, os propósitos e a expressão política de uma hipotética e inviável recondução dos partidos da direita à chefia do Estado, de uma nova «AD».

A «AD» foi derrotada e desmembrada, os dois partidos de que a compunham estão antecapadamente derrotados nas eleições de 25 de Abril.

O que é de facto relevante é que os partidos da defunta «AD» podem vir a deter de novo a direcção da política do País se o PS levar avante os propósitos de alianças que Mário Soares enunciou sem nenhum equívoco.

De facto, o PS, pela boca de Mário Soares, e quaisquer que sejam os resultados eleitorais do seu partido, propõe-se fazer o «casamento» com os partidos da direita.

O que o PCP de há muito denunciava — e Mário Soares negava quando embandeirava em arco na ilusória meta da «unidade absoluta» que já pós de parte — os propósitos de aliança com a direita foram agora afirmados inequivocamente com todas as letras, pelo secretário-geral do PS.

«Pacto social», «Contrato social», «Bloco central», ou qualquer que seja o nome de baptismo da confessada aliança futura do PS/Mário Soares com o PSD e por via deste, ou directamente mais uma vez, com o CDS, eis um dado adquirido que se impõe na opção de voto dos democratas, dos homens e mulheres de esquerda, dos patriotas que aspiram ao progresso económico e social do seu País.

A UEDS, e pessoalmente Lopes Cardoso, aceitaram diluir-se nas listas eleitorais do PS para — disse Lopes Cardoso — impedir o «bloco central» e que o PS se lance-se nos braços da direita; quatro ou cinco nomes destaca-

dos do ex-MES deram o seu apoio do PS com os mesmos objectivos.

Isto para não falar num oportunista, ex-esquerdista sem princípios, capaz de vender a alma ao diabo desde que volte ao penacho de S. Bento, como o ex-UDP Acácio Barreiros...

Que dizem agora a UEDS, Lopes Cardoso e os ex-MES com a inequívoca e «óbvia» confissão de aliança com a direita do secretário-geral do PS?

Se fossem coerentes com o que afirmaram deveriam agora desligar-se do carro do amigão de Mário Soares com a direita, deveriam na linha de coerência das atitudes produzidas renunciar ao apoio e integração com o PS.

Claro que não o farão. No fundo, o «prato de lentilhas» da continuação do mandato de deputados e agora submetidos à disciplina do «pacto de regime» do PS com a direita e pela mão de Mário Soares é o que vai provavelmente prevalecer.

Contudo, depois do «obviamente» do secretário-geral do PS, ninguém pode alegar desconhecimento...

Fica assim claro qual é o conteúdo político do «bloco central» e dos «consensos alargados» que têm mascarado o palavreado pseudodemocrático de Mário Soares.

Os trabalhadores socialistas, os socialistas que desejam sinceramente defender o regime democrático e o 25 de Abril, devem agora reflectir nas consequências do voto no PS e em Mário Soares, que é, agora sem nenhum eufemismo, um voto nas alianças com a direita, um verdadeiro voto na direita.

O PCP e a APU apontam uma perspectiva de política, de governo e de base social de apoio que vai ao encontro das aspirações dos sectores mais representativos da população portuguesa.

O Programa Eleitoral do PCP que neste número publicamos é um documento realista que tem como suporte político um grande Partido profundamente radicado no Povo.

Uma política económica e social virada para a estabilização das actuais formações e para o desenvolvimento do País, um programa de trabalho árduo mas que tem no seu centro a elevação das condições de vida do Povo, essa é a política do PCP e da APU que nas eleições de Dezembro obtiveram o voto de mais de um quinto dos eleitores.

Uma política baseada no diálogo e na defesa dos interesses nacionais e populares; um governo com a participação do PCP e de outros partidos e sectores democráticos; um empenhamento directo consciente e activo dos trabalhadores — eis a base para uma alternativa democrática e patriótica à «AD», essencial para vencer a crise.

Como se diz no comunicado da Conferência Episcopal Portuguesa «mais do que a linguagem da luta pelo poder, importa averiguar da seriedade e honestidade de intenções e das garantias de trabalho».

Aqueles que têm a responsabilidade na política de desastre que se abateu sobre Portugal depois de 1976 e que chegou ao ponto mais agudo sob os governos «AD» inventaram «diplomas» para si próprios.

A «classe política», os «notáveis», os «catedráticos»... O PCP não tem esses diplomas «clássicos», de «notabilidade», de «cátedra». Tem, contudo, outros que faltam aos partidos e políticos de direita e a Mário Soares passados pela «Universidade» da vida e do trabalho.

Chamam-se honestidade, competência, capacidade de trabalho e de realização, devotamento ao Povo. São «diplomas» que se impõem à opção de voto dos portugueses.

O voto na APU é cada vez mais claramente o voto útil, seguro e certo para uma real e profunda mudança na política nacional, para a saída da crise. O voto útil, seguro e certo para assegurar uma política de melhoria das condições de vida do povo, de desenvolvimento económico e progresso social, de consolidação do regime democrático e de defesa da independência nacional.

## PCP apresenta Programa Eleitoral

# «Contrapomos uma política que não desconhecendo as dificuldades é optimista quanto aos resultados»

A insistência no erro de uma política cujos desastres estão à vista e são severamente sentidos pelo nosso povo, como fizeram o PSD e o CDS, à insistência numa política semelhante, pretensamente justificada por um determinismo pessimista, como o faz o PS, nós contrapomos uma política que, não desconhecendo as dificuldades, é optimista quanto aos seus resultados porque assenta no princípio da plena mobilização dos recursos nacionais e no empenhamento

e na participação determinada dos trabalhadores e das massas populares — declarou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, no decorrer do encontro com os representantes dos órgãos de comunicação social a quem foi dado a conhecer o Programa Eleitoral do PCP para as Eleições Legislativas Antecipadas de 1983. Participaram neste encontro com a informação os camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Veiga de Oliveira,

Carlos Carvalhas e Vitor Dias, membros do CC e ainda Octávio Teixeira e João Amaral.

Na sua intervenção inicial o camarada Carlos Brito traçou um resumo do Programa Eleitoral, salientando que este toma como título o objectivo fundamental da política que é proposta — «Para a saída da crise e a resolução dos problemas nacionais» — acrescentando que a atitude do PCP perante a situação de desastre a que os governos do PSD e do CDS conduziram o país não é, como pretendem outros, fazer a gestão da crise provocada pelos governos do grande capital em benefício do grande capital e do imperialismo ou estabilizá-la e procurar iludí-la à custa do drástico agravamento das condições de vida do povo.

Destacando mais adiante que o texto programático apresentado segue e desenvolve a Proclamação aprovada na Conferência Nacional de 5 de Março, Carlos Brito referiu que este é um programa de acção política geral e de acção parlamentar, é um programa de governo, mas com isto tudo é a demonstração que a saída da crise, a solução dos problemas nacionais, a promoção do bem-estar do po-

população, o progresso e o desenvolvimento nacionais e a consolidação da democracia estão ao alcance do povo português.

Após ter analisado os principais pontos do Programa, Carlos Brito disse ao terminar que hoje ninguém contesta que a saída da crise, a solução dos problemas, qualquer alteração significativa nas condições de vida nacional passa pela atitude dos trabalhadores.

Adiantando que reaccionários e oportunistas sonham com a paralisação, a domesticação e instrumentalização do movimento dos trabalhadores não para solucionar os problemas do país mas os problemas do capital e do imperialismo, não para a saída da crise mas para arranjar saída para as suas propostas seduzem em que cada vez menos acreditam, Carlos Brito afirmou que só se sairá da crise com a participação dos trabalhadores, o que pressupõe a constituição de um Governo que pela sua natureza e composição dê garantias, transmita confiança de que vai concretizar uma tal política.

Focou por último e no desenvolvimento do que afirmou que só com o PCP no Governo é possível a saída da crise, esclarecendo que esta proposta é feita ao povo português, com a certeza de que o PCP fará parte do Governo em Portugal quando o povo português quiser.

Por seu turno o camarada Carlos Costa nos esclarecimentos que prestou aos jornalistas viria a abordar a situação económica nacional bem como as propostas apresentadas pelo Partido Socialista.

apontou alguns exemplos de como se pode diminuir a dívida externa, recordando que a respeitante à energia eléctrica se pode produzir o dobro, com o aumento da produção de oleaginosas deixar-se-ia de importar 25 milhões de contos, em vestimentas, 500 mil contos, tapetes, 800 mil contos, bebidas alcoólicas, 1 milhão de contos, peixe e crustáceos, 11 milhões, fretes marítimos (e estamos em risco de deixar de ter uma frota nacional) 80 milhões de contos, isto para não falar da sub e sobrefacturação que não andará longe dos 50 milhões ou ainda, como recordou, das emissões matinais de televisão que originam um dispêndio diário de energia da ordem dos 2000 contos.

Recordou ainda que no chamado tempo do «gonçalvismo» a dívida externa era de 9 por cento do PIB enquanto que agora atinge 70 por cento.

(O texto do Programa Eleitoral do PCP é publicado na íntegra no Suplemento)

## Sector da FP: Encontro no sábado sobre «aparelho de Estado»

O Sector da Função Pública da ORL do PCP vai realizar no próximo sábado um Encontro sobre a questão do aparelho de Estado. São os seguintes os objectivos da iniciativa:

- Aprofundar o conhecimento sobre a questão do Estado;
  - Enriquecer a formulação da alternativa política do PCP para as próximas eleições;
  - Reflectir sobre as relações (nos dois sentidos) entre a política e a prática administrativa;
  - Analisar a política e a actuação dos últimos governos;
  - Reforçar a intervenção dos comunistas e do PCP.
- A participação no Encontro é aberta, estando previstas intervenções sobre questões específicas sectoriais, intersectoriais e gerais, visando aprofundar o conhecimento da realidade actual e as propostas e soluções que os comunistas propõem.

## FESTA EM QUEIJAS

5.º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE TRABALHO  
DOMINGO • 10 ABRIL  
(JUNTO AO CENTRO DE TRABALHO LOCAL)

**COMICIO JOSÉ CASANOVA**  
Membro da C. Política do C.C. do P.C.P.  
**FLORA GONÇALVES**  
CHADISTA DA APU

COMITÉ LOCAL DE QUEIJAS (PÓVOA VELHA) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Avante!**  
ASSINATURA ANUAL

Continente	900\$00
Ilhas	1 725\$00
Espanha	1 850\$00
Europa	3 650\$00
P.Exp. portuguesa	4 050\$00
Extra-Europa	5 150\$00

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira. SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 639398.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 168, Pedrúria - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baxo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

**Tiragem do mês de Março: 48260**

PCP

# Álvaro Cunhal no distrito de Évora

## Quando o nosso Povo quiser os comunistas irão para o Governo!

«O próprio secretário-geral do PS, o dr. Mário Soares, afirmou na passada quinta-feira durante um debate na televisão e perante milhares de portugueses que está disposto a aliar-se ao PPD/PSD depois das eleições (e possivelmente ao CDS); não somos nós a dizê-lo, foi ele que o afirmou de viva voz perante milhões de pessoas numa conversa com a jornalista» — recordaria Álvaro Cunhal no passado sábado durante a digressão pré-eleitoral que fez pelo distrito de Évora. Chamando à colação as palavras de Mário Soares, o secretário-geral do PCP daria particular relevo à inutilidade democrática em votar PS no próximo dia 25 de Abril, já que tal confissão, assim tão descaradamente assumida pelo líder do actual Partido Socialista, põe preto no branco a intenção política de um futuro governo socialista — nem mais que o prosseguimento da catástrofe governativa da "AD", em aliança com os partidos que dela fizeram parte.

«Estamos perante uma direita antecipadamente derrotada», sublinharia ainda Álvaro Cunhal; a sua sobrevivência em termos de poder apenas será possível através do Partido Socialista — o qual, sob a batuta de Mário Soares, se prepara para dar a mão a esta gente e assim permitir a continuação do desastre económico, financeiro e social em que a «AD» mergulhou o País. Votar PS, nestas próximas eleições, significa prosseguir a política da «AD» — votar na APU, reforçar as posições dos comunistas e dos seus aliados na Assembleia da República, é a única maneira de garantir em 25 de Abril próximo, o relançamento do 25 de Abril e da marcha democrática do nosso Povo; é sobretudo a única maneira de impor uma mudança de política nacional, que finalmente contemple os interesses e necessidades das mais vastas camadas da população portuguesa.

Numa intensa jornada com sete mini-comícios (Mora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Bencatel, Redondo e S. Miguel de Machede) e um grande comício no Rossio de S. Brás em Évora, já pelas 21.30, o secretário-geral do PCP percorreria, em sessões promovidas pelo PCP, parte substancial do distrito e falaria para os muitos milhares de pessoas que o receberam com grande entusiasmo. A acompanhá-lo estiveram o camarada António Gervásio, membro da CP do CC do PCP e candidatos do PCP, do MDP/CDE e independentes pela APU no distrito de Évora; a recebê-lo as respectivas Comissões Concelhias do PCP e da distrital de Évora.

Em Mora aguardava-o a inauguração de um novo Centro de Trabalho do Partido, construído com trabalho voluntário, com terreno e materiais cedidos e fundos angariados em diversas campanhas concelhias. Respeitando a tradição arquitectónica da região, o novo edifício, muito branco, bem concebido e agradavelmente decorado a tijoleira, mereceria os elogios de Álvaro Cunhal: «O Centro é mesmo bonito; aquilo está bem feito; temos um novo Centro de

Trabalho — uma porta aberta não só para dizer mas também para ouvir, uma porta aberta a toda a gente que vier por bem». É claro que os aplausos irromperam particularmente calorosos, a sublinhar uma satisfação com toda a razão de o ser.

Essa veemência tornaria a emergir quando o secretário-geral do PCP recordou os acontecimentos ocorridos no Concelho em 25 de Maio de 1977, em pleno governo do PS/Mário Soares; nesse dia a GNR carregaria violentamente sobre os trabalhadores da UCP «A luta é de Todos», ferindo 40 e levantando uma onda de indignação na região; era nos princípios da ofensiva contra a Reforma Agrária e sob o comando de um governo socialista. «Não foi por acaso que o PS acabou por não concorrer aqui no Concelho, deixando campo à "AD"», — notaria Álvaro Cunhal, que sublinharia igualmente que votar no PS, agora, é votar no prosseguimento de uma política de desastre e agressão começada em anteriores governos socialistas e aprofundada pela direita coligada na «AD».

«Quanto ao PCP, já estava com a Reforma Agrária ainda



Em Évora, um comício gigantesco

antes do 25 de Abril e com ela sempre esteve e estará, tanto nas horas boas, de avanço, como nas más, de ofensiva criminosas»; votar no PCP, no âmbito da APU, é assim o único voto seguro e certo da defesa da Reforma Agrária, das conquistas da Revolução, do 25 de Abril.

### Nem carne nem peixe

A demagogia do PS/Mário Soares seria de resto amplamente denunciada nas intervenções do secretário-geral do PCP. Em Estremoz, no bonito teatro Bernardim Ribeiro que se encontrava à cunha, diria: «Há quem considere que o PCP aponta o PS como inimigo principal e por isso é que não é possível um entendimento, uma aproximação entre comunistas e socialistas; mas nós perguntamos: quem é que combate a "AD"? Imediatamente após a vitória da aliança reacçãoária, o PS/Mário Soares clamava que esta deveria governar durante os quatro anos da legislatura; mais tarde o secretário-geral do PS tiraria o tapete ao candidato Eanes, proposto pelo próprio Partido Socialista, apoiando o general fascista Soares Carneiro; derrotado este, e com ele a "AD" (cujo destino a própria direita amarrou ao futuro do candidato fascista, afirmando antes das eleições presidenciais que a sua derrota seria uma derrota para a "AD"), de

novo Mário Soares surge a dizer que a "AD" tinha legitimidade para governar quatro anos, que as eleições presidenciais não podiam por em causa as legislativas». Ora o PCP não poderia deixar de atacar tais atitudes dos dirigentes socialistas.

O combate à funesta governação da «AD», até impor a sua queda e desagregação, seria travado pelos trabalhadores portugueses nas suas organizações de classe, e o seu partido de vanguarda, o PCP, juntamente com outros democratas; «o PS é um partido democrático», sublinharia Álvaro Cunhal, mas a direcção de Mário Soares tem-no conduzido mais e mais contra os interesses dos trabalhadores, do povo e do País; por isso cada vez mais socialistas, ombreado com os comunistas e outros democratas, escolhem o caminho da unidade para fazer frente aos perigos da política da direita, que Mário Soares no fim de contas se propõe prosseguir caso seja Governo, e em aliança com os partidos reacçãoários, como ele próprio o confessou na televisão perante milhares de telespectadores a semana passada.

«A política do PS muitas vezes nem é carne nem peixe, mas às vezes nem isso — é espinha», ironizaria Álvaro Cunhal, que recordaria a conferência de imprensa de Mário Soares, em 8 de Março passado, onde, num documento distribuído aos jornalistas se alinhavam os propósitos do PS para a «saída da crise»: contenção da produção nacional, aumento do desemprego, das taxas de juro, das falências das pequenas e médias empresas, dos despedimentos, desvalorização do escudo, agravamento do custo de vida. Nem mais que o prosseguimento da política da «AD» — ao que parece de novo com possibilidade de voltar à área do Poder pela mão de Mário Soares, apesar de estar antecipadamente derrotada nestas eleições de 25 de Abril.

O que o PCP propõe é uma política que mobilize os recursos e potencialidades nacionais, que diminua o desemprego (500 000 desempregados — os que existem actualmente no nosso país — é uma imensa energia que está por utilizar) que estimule as pequenas e médias empresas, que aumente a produção, que relance a economia e melhore o bem-estar do nosso povo. Daí se tornar cada vez mais óbvio que só com a participação dos comunistas no Governo é possível encontrar soluções para a profunda crise em que a «AD» lançou o País. E essa participação pode exigir-lá o nosso Povo — com uma forte votação na APU no próximo dia 25 de Abril.

### Um falar engraçado

Em Borba, começada a sessão — que reuniu no largo uma multidão atenta — Álvaro Cunhal atacaria a direita: «Em eleições anteriores dissemos que era preciso derrotar a "AD"; agora não o dizemos, e não o dizemos por que a "AD" já está derrotada».

Falaria do esboroar da aliança reacçãoária na sequência da derrota nas eleições autárquicas, no desalento e nos conflitos internos que estalaram no PPD/PSD e no CDS com os respectivos líderes — um, Pinto Balsemão, a ser arastado e o outro, Freitas do Amaral, a bater em retirada de todos os cargos e chefias com a derrota do seu plano golpista (que sonhava inclusivamente



Redondo: a Reforma Agrária em foco



Borba: às vezes os largos eram pequenos



Bencatel: muitas mulheres e crianças; jovens também

pôr as FA ao serviço da recuperação fascista) — e na operação de maquilhagem que as novas chefias e a confusão de novas «estratégias» impôs a toda a gente. No CDS, ao lado de um retinto fascista, o Adriano Moreira, poriam um Lucas Pires «que tem um falar engraçado mas não diz nada». Quanto ao Mota Pinto «foi pintado com tinta velha» e não enganava ninguém.

«A derrota foi tão grande — sublinharia Álvaro Cunhal — que agora o PPD e o CDS até aparecem separados, divididos, nestas eleições». Partem para elas antecipadamente derrotados. Olham por isso para o PS como a tábua de salvação dos seus projectos. Prometem a saída de uma crise que eles próprios provocaram. E julgam poder convencer o povo português de que podem «inventar» uma saída para a crise: «Só quem tenha total desprezo pela classe operária, pelos trabalhadores, pelas massas populares, pode julgar que estes problemas se resolvem nos gabinetes e sem contar com os trabalhadores» — afirmaria Álvaro Cunhal.

### «É ao nosso Povo que o dizemos»

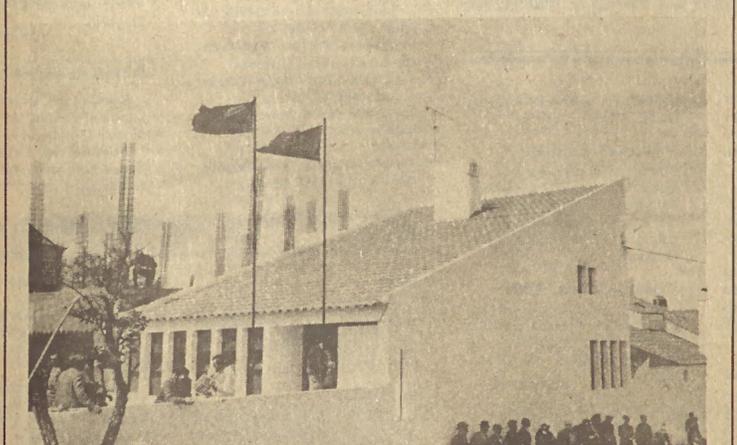
Em Vila Viçosa a sessão decorreria no teatro local, cheio como era de esperar. Ali, como em Bencatel ou no Redondo, mais tarde em Évora ou em qualquer das outras localidades já visitadas, as multidões aclamariam com particular entusiasmo a afirmação de Álvaro Cunhal de que se torna urgente a participação dos comunistas no Governo para a superação dos graves problemas nacionais:



Vila Viçosa: sempre a mesma grande atenção



Estremoz: confiança na vitória



Os Centros de Trabalho são casas do Partido abertas a todos, onde se trabalha, se convive, se discute; e se ouve. Instrumento de trabalho indispensável na luta de emancipação do nosso Povo está aberto não apenas a comunistas, mas a todos os democratas e amigos que lá queiram ir. Nas fotos, o novo CT de Mora inaugurado por Álvaro Cunhal no passado sábado



# As próximas iniciativas da APU



## Distrito do Porto

**Domingo**  
Jornada comemorativa do 5.º aniversário do CT de Queijas, a partir das 10 horas. Participação de José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, no comício marcado para as 17 horas.  
Jornadas «porta-a-porta» em Alcântara, no Bairro de Santos, na zona centro dos Olivais e na zona Bela Flor, em Campolide.  
Almoço-conívio no «Sempre Unidos», na freguesia de S.ª Engrácia, às 13 horas.  
Festa no Tarujó, em Campolide, às 15 horas.  
Sessões de esclarecimento no Teatro do Nosso Tempo às 15 horas para reformados; na Quinta do Louro (Charneca) às 21 horas; e no Bairro Calvanas (Lumiar), às 18 horas.

**Segunda-feira**  
Mini-comícios junto à Belém-Naval, Redes de Pesca, Repenico & Bengala, das 12 às 13 horas; na Sociedade de Construções Mecânicas, a Junqueira, das 13 às 14 horas.

**Sábado**  
Porta-a-porta na zona Seixo-Picutos, às 14 horas, com Valdemar Madureira.

## Distrito de Faro

**Hoje**  
Encontro com os pescadores de Albufeira, às 10 horas. Participação de Carlos Brito e Marcolino Jorge.  
Encontro com os pescadores de Olhos de Água, em Albufeira, às 15 horas. Participação de C. Brito e M. Jorge.  
Sessão em Tunes, na Sociedade, com Margarida Tengarrinha e José Leal, às 21 horas.  
Sessão no Bairro dos Pescadores, em Olhão, na escola primária, com Álvaro Pereira, às 21 horas.  
Sessão em Faro, no Clube S. Luís, às 21 e 30, com Mário Prudêncio e Margarida R. Fernandes.  
Sessão em Alfambras (Aljezur), na sociedade, às 21 e 30.  
Porta-a-porta em Faro, às 17 e 30, com Carlos Brito.  
Mini-comício na empresa «Faceal» em Albufeira, às 12 horas, com Carlos Brito.  
Sessão em Pedra Mourinha (Portimão), às 21 horas.  
Contacto com os trabalhadores da «Concentral», em Portimão, às 12 e 30. Participação de Margarida Tengarrinha, Joaquim Paulino e Marcolino Jorge.  
Porta-a-porta em Castelo de Vide, a partir das 10 horas.  
Porta-a-porta em Elvas, a partir das 10 horas.  
Porta-a-porta em S. Julião, a partir das 10 horas.  
Porta-a-porta em Ervideira, a partir das 16 horas.  
Porta-a-porta em Belver, a partir das 10 horas.  
Porta-a-porta em Figueira e Barros, a partir das 14 horas.  
Porta-a-porta em Monforte, a partir das 10 horas.  
Porta-a-porta em St.º Aleixo, a partir das 14 horas.  
Porta-a-porta em Vale de Arco.  
Porta-a-porta em Escusa.  
Porta-a-porta em Longomel.  
Porta-a-porta em Rosmaninhal.

**Sábado**  
Reunião de mulheres em Mora, às 16 horas.

**Domingo**  
Festa da Juventude em Vila Viçosa, às 20 e 30, no cinema local.  
Visita à UCP «S. Manços», Évora, às 10 horas.  
Sessão para reformados na Casa do Povo de Mourão, às 11 horas.

## Distrito de Coimbra

**Hoje**  
Sessões às 21 horas em Murte (Cantanhede), no salão novo do clube desportivo; em Quiaios (F. da Foz), na escola primária; em Carritos (Tavarede), na escola primária; em S. Glão (Oliveira do Hospital), na sociedade recreativa.  
Propaganda na feira de Arganil.  
Banca na Praça 8 de Maio, em Coimbra.

**Amanhã (sexta-feira)**  
Sessões às 21 horas em Casas Novas (S. Martinho do Bispo), no clube cultural, com o dr. Alberto Vilaça; em Travanca do Mondego (Penacova), no salão da Junta; em Vila Verde, no Grupo Recreativo Vilaaverdense; na Serra da Boa Viagem (Figueira da Foz), na Sociedade U. Operária; no Viso (F. da Foz), na escola; em Cavaleiros (Soure), na escola; em Serrventoso (Soure), na escola; em Casal dos Brancos (Soure), na escola; em Brunós (Soure), na Associação Recreativa; no Furdouro (Condeixa), na escola; em Vila Seca (Condeixa), na escola; na Ribeira (Condeixa), na escola; em Anca (Cantanhede), na Junta; em S. Sebastião (Penela), na Associação Recreativa; em Cantanhede, com Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP; na Marmeleira (Souselas), na Casa do Povo; em Lordemão (S. Paulo de Frades), na escola; na Adémia (Troxemil), no Clube A. Progresso; no Loreto (Eiras), na escola; nas Lages (S. Clara), no Sporting Clube; em S. António dos Olivais (Coimbra), na escola primária; na Póvoa do Pinheiro (Antuzede), no salão Zip-Zip.  
Sessões às 21.30 no Cabouco (Ceira), e em Brastemes (Coimbra).

**Sábado**  
Encontro da juventude do Baixo Mondego (Condeixa), das 10 às 18 horas, na cantina do Ciclo Preparatório.  
Festa da juventude em Ceira

**Domingo**  
Sessão em Vila Nova, na sociedade, às 21 horas.  
Sessão em Linhareira, na sociedade, às 21 horas.  
Colóquio em Torres Novas, na sala da Biblioteca, às 21 horas.  
Sessão em Pedrógão, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Argea, na sociedade musical, às 21 horas.  
Sessão em Ribeira Ulva, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Mata, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Lameiras, na escola primária, às 21 horas.  
Filme em Sobral, na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Ab. B. C. F. R. na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Foros de Benfca, na escola primária, às 21 horas com Dias Lourenço.  
Colóquio em Alcanena, na cantina da escola primária, às 21 horas.

## Distrito de Setúbal

**Hoje**  
Sessão no Barreiro, no Clube Recreativo de Palhais, às 21 horas, com o candidato Vítor Fernandes.  
Sessão na escola de Azola (Sesimbra), às 21 horas, com Rogério de Brito, candidato.  
Visita dos candidatos do distrito ao concelho de Alcochete, a partir das 9 horas.  
Sessão em Almada, no Clube Estrelas das Torcatas, às 21 horas, com José Manuel Maia, candidato e membro do CC do PCP.

**Amanhã**  
Sessão de esclarecimento no Laranjeiro, no Clube Portão Verde, às 21 e 30.  
Sessão na Cova da Piedade, na Coop. Piedense, com José Manuel Maia.  
Sessões no Monte da Caparica, no Clube Recreativo Raposense e no Clube Recreativo Capricho. As 21 e 30.  
Sessão no Feijó, no Clube Recreativo, às 21 e 30, com Emilia Lidia, candidata.

**Sábado**  
Sessão em Lagos, na sociedade dos artistas, às 21 horas, com José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e Luís Catarino, vice-presidente do MDP/CDE.  
Distribuição de propaganda nos mercados da região, a partir das 10 horas da manhã.

**Domingo**  
Encontros com pescadores do concelho de Aljezur, às 10 horas. Participação de Carlos Brito e Marcolino Jorge.  
Sessão em Aljezur, no centro cultural, com Carlos Brito e Marcolino Jorge, às 21 e 30.  
Sessão em Gões, no salão da Igreja, com Carlos Luís Figueira, membro do Comité Central do PCP, às 21 horas.  
Sessão na Guia, no salão da Junta de Freguesia, com Fernando Amaro e Margarida Ramires Fernandes, às 21 horas.  
Sessão em Alte, na casa do povo, com Vítor Neto e José Cabral, às 21 horas.  
Comício em Lagoa, no cinema, com José Vitoriano e Luís Catarino, às 21 horas.  
Sessão em Concelção (Tavira), às 21 horas, com Margarida Tengarrinha.  
Sessão em Moncarapacho, na Casa do Povo, às 16 horas, com Álvaro Pereira.  
Sessão em Almagens, na sociedade, com António Dias Mendonça, às 21 e 30.

## Distrito de Santarém

**Hoje**  
Sessão em Alpiarça, na casa Duarte Castelo, às 21 horas.  
Sessão no Arripiado, na Sociedade Recreativa, às 20 e 30 horas com o camarada Dias Lourenço.  
Colóquio em Chamusca, no Sporting Club, às 21 horas.  
Colóquio em Abrantes, às 21 horas.  
Sessão em Carregueiros, na escola primária, às 21 horas.  
Visita à Compal, em Almeirim, às 16 horas com o camarada Dias Lourenço.

**Amanhã**  
Sessão em Cortiços, na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Alpiarça, na casa António Emídio, às 21 horas.  
Sessão em Ereira, às 21 horas.  
Sessão em Rio de Molinhos, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão em Amoreira, na escola primária, às 20 horas.  
Sessão em Coruche, no Centro Cultural, às 19 horas.

**Sábado**  
Sessão em Ferreira do Zêzere, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão em Rio Maior, nos Bombeiros, às 21 horas.  
Colóquio em Salvaterra de Magos, na Casa do Povo, às 21 horas.  
Colóquio em Pernes, na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em S. V. Paul, na casa de convívio, às 21 horas.  
Visita ao mercado de Tomar, a partir das 8 horas com o camarada Dias Lourenço.  
Sessão em Cem Soldos, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão na Póvoa, na escola primária, às 21 horas.  
Comício em Torres Novas, no Cine Teatro Virgínia, às 21 horas, com Dias Lourenço.  
Sessão em Selga, na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Casais Romeiros, na escola primária, às 20 horas.  
Sessão em Monsanto, na casa do povo, às 21 horas.

**Sábado**  
Sessão em Fazendas de Almeirim, na associação desportiva, às 21 horas com Raimundo Cabral.  
Sessão no Casalinho, na colectividade, às 21 horas.  
Sessão em Ulme, no salão da Junta de Freguesia, às 21 horas.  
Sessão em Vale das Mós, no clube recreativo, às 17 horas.  
Sessão no Brunheirinho, na escola primária, às 19 horas.  
Baile da Juventude na Bemposta, na sociedade recreativa, às 15 horas.  
Sessão no Couço, na casa do povo, às 16 horas.  
Sessão na Lamarosa, no centro social, às 16 horas.  
Sessão em Foros Branca, na escola primária, às 18 horas.  
Sessão em Tinalhas, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Póvoa de Rio de Molinhos, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Ninho do Açor, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão na Barroca, no pavilhão, às 15 e 30 horas.  
Sessão em S. Jorge da Beira, na escola primária, às 17 horas.  
Mini-comício em Enxames, às 11 horas.  
Sessão em Barroca, no Clube, às 21 horas.  
Sessão em Silvares, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Donas, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Vale de Prazeres, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão em Sertã, na Escola Primária, às 21 horas.

## Distrito de Castelo Branco

**Hoje**  
Porta-a-porta em Belmonte, às 19 horas; Sessão em Belmonte, às 21 horas na Escola Primária.  
Sessão em Benquerenças, às 21 horas, na Escola Primária.  
Visita a empresas da Covilhã e contacto com os trabalhadores.  
Sessão em Refúgio, às 21 horas, na Escola Primária.  
Sessão em Vale Famoso, às 21 horas, no Clube Desportivo e Cultural.  
Sessão em Aldeia de Joanes (Fundão), às 21 horas, na Escola Primária.  
Sessão em Aldeia Nova, às 21 horas, na Escola Primária.  
Porta-a-porta em Alcafozes (Idanha-a-Nova), às 19 horas e sessão na Escola Primária, às 21 horas.  
Distribuição de propaganda na Aldeia de João Pires (Penamacor), às 17 horas.

**Amanhã**  
Porta-a-porta em CARIA, (Belmonte), às 19 horas e sessão de esclarecimento na Casa do Povo.  
Sessão em Castelo Branco, às 21 horas, no Centro Artístico Albicastrense.  
Sessão em Almadeira, às 21 horas, na Escola Primária.  
Visita à empresa têxtil Ninafil, na Covilhã.  
Sessão na Casa do Povo de Ferron Covilhã, às 21 horas.  
Sessão em Ourendo, às 21 horas, na Escola Primária.  
Sessão em Pera Boa, às 21 horas, na Escola Primária.

**Sábado**  
Comício no Casino do Fundão, às 21 horas.  
Porta-a-porta em Monsanto (Idanha-a-Nova), às 19 horas e sessão às 21 horas, na Escola Primária.  
Distribuição de Propaganda em Bemposta, Penamacor, às 17 horas.  
Sessão em Vila Velha de Rodão, no Centro Recreativo e Desportivo de Porto do Tejo.

**Domingo**  
Sessão em Belmonte, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão em S. Vicente, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Sobral, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Tinalhas, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Póvoa de Rio de Molinhos, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Ninho do Açor, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão na Barroca, no pavilhão, às 15 e 30 horas.  
Sessão em S. Jorge da Beira, na escola primária, às 17 horas.  
Mini-comício em Enxames, às 11 horas.  
Sessão em Barroca, no Clube, às 21 horas.  
Sessão em Silvares, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Donas, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Vale de Prazeres, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão em Sertã, na Escola Primária, às 21 horas.

organizado por um grupo de pescadores da Costa da Caparica e Fonte da Telha que apoiam a APU. Participará Carlos Espadinha, pescador, deputado eleito na última legislatura e candidato. Convívio e espectáculo no largo da escola do Bairro dos Pescadores a partir das 15 horas.

**Domingo**  
No Barreiro, às 16 horas, encontro com o escritor Manuel da Fonseca, candidato da APU, no Parque Catarina Eufémia.  
Sessão em Vila Chã, no União Desportiva, às 21 horas.  
Sessão nos Olhos de Água, Palmela, às 21 horas.  
Porta-a-Porta e mini-comícios em Almoim, Sesimbra, das 10 às 16 horas.  
Encontro do candidato Carlos Espadinha com pescadores, em Setúbal, às 9 horas.  
Almoço no Vale da Amoreira, Moita, com Conceição Moraes.  
No concelho do Montijo, às 21 horas, comícios em Santo Isidro com Oliveira Marques e Odete Santos e em Pegões com Vítor Fernandes.  
Comício em Alvalade-Sado, às 16 horas, com J.M. Maia.  
Almoço na Costa da Caparica com o camarada Sousa Marques, seguindo-se uma caravana automóvel com actuações musicais e mini-comícios em toda a freguesia — da Fonte da Telha à Quinta de Santo António.  
Espectáculo às 16 horas no largo principal da Charneca da Caparica, e às 16 e 30 no largo junto à Igreja do Monte da Caparica.

**Terça-feira**  
Sessão no Monte da Caparica, às 21 horas, na Sociedade de Vila Nova.  
Visita dos candidatos por Setúbal a empresas do concelho de Almada — Lisnave, Parry & Son, Timex, Arsenal do Alfeite — e a instituições do concelho como URPIICA, Centro de Reformados da Charneca e colectvidades.

**Domingo**  
Sessão em Vila Nova, na sociedade, às 21 horas.  
Sessão em Linhareira, na sociedade, às 21 horas.  
Colóquio em Torres Novas, na sala da Biblioteca, às 21 horas.  
Sessão em Pedrógão, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Argea, na sociedade musical, às 21 horas.  
Sessão em Ribeira Ulva, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Mata, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Lameiras, na escola primária, às 21 horas.  
Filme em Sobral, na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Ab. B. C. F. R. na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Foros de Benfca, na escola primária, às 21 horas com Dias Lourenço.  
Colóquio em Alcanena, na cantina da escola primária, às 21 horas.

**Sábado**  
Sessão em Fazendas de Almeirim, na associação desportiva, às 21 horas com Raimundo Cabral.  
Sessão no Casalinho, na colectividade, às 21 horas.  
Sessão em Ulme, no salão da Junta de Freguesia, às 21 horas.  
Sessão em Vale das Mós, no clube recreativo, às 17 horas.  
Sessão no Brunheirinho, na escola primária, às 19 horas.  
Baile da Juventude na Bemposta, na sociedade recreativa, às 15 horas.  
Sessão no Couço, na casa do povo, às 16 horas.  
Sessão na Lamarosa, no centro social, às 16 horas.  
Sessão em Foros Branca, na escola primária, às 18 horas.  
Sessão em Tinalhas, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Póvoa de Rio de Molinhos, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Ninho do Açor, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão na Barroca, no pavilhão, às 15 e 30 horas.  
Sessão em S. Jorge da Beira, na escola primária, às 17 horas.  
Mini-comício em Enxames, às 11 horas.  
Sessão em Barroca, no Clube, às 21 horas.  
Sessão em Silvares, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Donas, na Escola Primária, às 21 horas.  
Sessão em Vale de Prazeres, na casa do povo, às 21 horas.  
Sessão em Sertã, na Escola Primária, às 21 horas.

**Sábado**  
Sessão em Vila Nova, na sociedade, às 21 horas.  
Sessão em Linhareira, na sociedade, às 21 horas.  
Colóquio em Torres Novas, na sala da Biblioteca, às 21 horas.  
Sessão em Pedrógão, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Argea, na sociedade musical, às 21 horas.  
Sessão em Ribeira Ulva, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Mata, na sociedade filarmónica, às 21 horas.  
Sessão em Lameiras, na escola primária, às 21 horas.  
Filme em Sobral, na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Ab. B. C. F. R. na escola primária, às 21 horas.  
Sessão em Foros de Benfca, na escola primária, às 21 horas com Dias Lourenço.  
Colóquio em Alcanena, na cantina da escola primária, às 21 horas.

**Domingo**  
Sessão em Frade de Cima, na escola primária, às 16 horas, com Raimundo Cabral.  
Sessão em Semideiro, às 18 horas.  
Sessão em Santana do Mato, no Centro Social, às 18 horas.  
Sessão na Brejoira, na escola primária, às 16 horas.  
Sessão na Fajarda Sul, na escola primária, às 16 horas.  
Sessão na Fajarda Norte, na escola primária, às 18 horas.  
Sessão em S. Facundo, na Casa do Povo, às 20 horas.  
Almoço-conívio em Vale de Cavaleiros, às 13 horas.  
Sessão em Paços Negros, às 18 horas.  
Sessão em Cardigos, na Casa do Povo, às 21 horas.  
Sessão em Amêndoa, no salão paroquial, às 14 horas.  
Debate sobre questões económicas em Tomar, às 15 horas.  
Sessão em Alcaravela, na escola primária, às 17 horas.  
Caravana em Torres Novas.

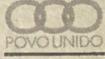
**Segunda-feira**  
Sessão em Alpiarça, na casa António Mário, às 21 horas.  
Distribuição de propaganda em Benavente e F. do Zêzere.

**Terça-feira**  
Sessões em Alpiarça, na casa Florêncio Lima e em Foros de Frazão, às 20 horas, na escola primária.

**Quarta-feira**  
Sessão em Minde, na escola primária, às 21 horas.

## Nacional

## As próximas iniciativas



## Distrito de Aveiro

## Hoje

Mini-comícios no concelho da Feira à porta das empresas. Sessão em S. João da Madeira, no auditório Municipal, às 21 h.

## Amanhã

Comício com Álvaro Cunhal no Teatro Aveirense, em Aveiro, às 21 h.  
Comício com Álvaro Cunhal em Espinho, às 21.30 h.

## Sábado

Sessão em Oliveira de Azeiteiros, às 15 h, com Zita Seabra.  
Comício com Zita Seabra, no Pavilhão Gimnodesportivo de Oeiras, às 21 h.  
Sessão na Associação Recreativa da Ponte Nova, em Ovar, às 21 h.

## Distrito de Viseu

## Amanhã (sexta-feira)

Minicómio e distribuição de propaganda em Carregal do Sal, na feira, às 9 horas.  
Distribuição de propaganda e minicómios em Canas de Senhorim nos Fornos Eléctricos e nas Minas de Urgeirica, com o candidato Jaime Graheiro.

Sessão em Paços de Vilharigues, na escola, às 21 horas.  
Sessão em Britandê, na escola, às 20 horas.

Sessão em Nandufe, na colectividade, às 20 horas.

Sessão em Juguinhos, na escola, às 20 horas.

Sessão no Campo, às 20 horas.

Sessão em Penela da Beira, às 19 horas, na escola.

Sessão em Trevões, na Junta, às 19 horas.

Sessão em Baões, na Junta, às 20 horas.

Sessão em Nelas, no ginásio do liceu, às 20 e 30.

Sessão em Abrunhosa, na Junta, às 21 horas.

## Sábado

Distribuição de propaganda no mercado de Lamego.

Sessões em: Cambres, Casa do Povo, às 20 horas; em Canas de St. Maria, na escola, às 21 horas; em S.

## Distrito de Beja

## Amanhã, dia 8

Corte Vicente Anes, às 20.30 horas, na sociedade; Cabeça Gorda, às 16 horas, na Casa do Povo; Beringel, às 16 horas, na Casa do Povo; Trigachas, às 16 horas, no Centro de Saúde; Mombela, às 16 horas, no Centro de Convívio; Beja, às 20.30, nos Bombeiros; Faro do Alentejo, às 20.30, na Sociedade; Safara, às 20.30 horas, na Casa do Povo; Moltinhas, às 20.00 horas, na escola primária; S. Miguel, às 20 horas, na escola primária; Bilcos, às 20 horas, na escola primária; Santa Luzia, às 19 horas, na escola primária; Brinches, às 20 horas, na Casa do Povo.

## Sábado, dia 9

Rio de Moinhos, às 20.30 horas, na Casa da Cultura; Meistras, às 19 horas, na escola primária; Corvatos, às 20.30 horas, na escola primária; Doguenjo, às 19 horas, na escola primária; Santa Cruz, às 21 horas, na Junta de Freguesia; Barrancos, às 21 horas, na Casa do Povo; Rolão, às 15.30 horas, na escola primária; Figueirinha, às 17 horas, na rua; Guerreiro, às 18.30 horas, na escola primária; Viseus, às 20 horas, na escola primária; Albergaria dos Fusos, às 20.30 horas, no Centro de Convívio; Vila Ruiva, às 20.30 horas, na Sociedade; Santo Amador, às 20.30 horas, na Casa do Povo; Moura, às 20.30 horas, na Casa do Povo; Nave Redonda, às 17 horas, na escola primária; Santa Clara, às 20 horas, na Casa do Povo; Vale Beijinha, às 20 horas, na escola primária; Várzea Carv., às 15 horas, no Caia; Caiada, às 20 horas, na escola primária; Fomalhas Velhas, às 17 horas, na escola primária; Brunheiras, às 17 horas, na escola primária; Gavião, às 15 horas, na escola primária; Ourique, às 19 horas, na Casa do Povo; Beja, às 16 horas, na Sociedade Recreativa.

## Distrito da Guarda

## Amanhã

Sessão em Muxagete, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Santa Comba, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Marrigoto, na Escola Primária, às 20 horas.

## Sábado

Sessão em Sazes, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Lapa dos Dineiros, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Almedre, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Minzela, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Vinhã, na Escola Primária, às 20 e 30 horas.  
Sessão em Alverca da Beira, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Poço do Canto, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Iscahã, na Escola Primária, às 20 horas.

## Domingo

Sessão em Sabugueira, na Escola Primária, às 15 horas.  
Sessão em Torrozeiro, na Escola Primária, às 20 horas.  
Sessão em Folhadosa, na Escola Primária, às 20 horas.

Sessão em S. Roque, na Escola Primária, às 21 h.

Sessão em Compães, na Escola Primária, às 21 h.

Sessão em Barcouços, às 20 h, na sala da Banda.

Sessão em Milheiro de Poiares, às 21 h, na cantina escolar.

Sessão em Urró, às 21 h, na Escola Primária.

Sessão em Castelões, às 21 h, na sala da Junta.

**Domingo**

Sessão em Mealhada, às 21 h, com Zita Seabra.

Sessão em Gafanha da Nazaré, às 15.30 h, com Zita Seabra.

Sessão em Fajões, às 21 h.

Sessão em Palmáz, às 15 h.

Debate em Caia, às 15.30 h, na Casa do Povo.

Almoço em Murtosa, com Zita Seabra.

João da Pesqueira, no mercado, às 19 horas; em Canas de Senhorim, no mercado, às 21 horas; em Tibaldinho, na escola, às 21 horas; na Póvoa, na Casa do Povo, às 20 horas; em Fozgosa do Douro, no Centro Cultural, às 20 horas; em Oliveira do Douro, na escola, às 21 horas; em Cambres, na Casa do Povo, às 20 horas.

**Domingo**

Apresentação dos candidatos em Lamego, às 15 horas.

Sessões em Armamar, na escola, às 15 horas; em Souselo, na escola às 10 e 30; em Almocave, na escola secundária, às 15 horas; em Gandra, na escola, às 18 horas; na Póvoa de Mosqueros, na colectividade, às 15 horas; em Penedono, na escola, às 18 horas; em Soutelo, na Junta, às 17 horas; em Santar, na Misericórdia, às 17 horas; em Leomil, na Casa do Povo, às 14 e 30.

**Segunda-feira**

Minicómio com o candidato Jaime Graheiro na empresa Lopes e Figueiredo, em Viseu, às 13 e 15.

Distribuição de propaganda na feira de Moimenta da Beira, às 9 e 30.

## Actual política de saúde é «certificado de doença permanente»

— afirma a União dos Sindicatos de Setúbal

A saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.

Estas palavras, inscritas na declaração de 1946, da Organização Mundial de Saúde foram lembradas pela União dos Sindicatos de Setúbal, em comunicado que, por altura da celebração — hoje, — do Dia Mundial da Saúde, divulgou à imprensa, tecendo fortes críticas à política de saúde seguida pelo Governo português.

Disfrutar o mais elevado nível de saúde atingível é um dos direitos fundamentais de qualquer ser humano sem distinção de raças, religiões, credos políticos, condições económicas ou sociais, lembra ainda o documento da US de Setúbal, sublinhando que estas resoluções existem consubstanciadas na Constituição da República Portuguesa que manda instituir um Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito.

O documento lembra ainda que na conferência de Alma-Ata, realizada sob os auspícios da OMS, o nosso país subscreveu as recomendações finais emanadas da Conferência, obrigando-se ao seu cumprimento, e que

apontavam para o estabelecimento de uma rede de cuidados primários de saúde como forma mais rápida de atingir os princípios básicos apontados.

É este sistema que poderíamos ter a funcionar não fosse a sanha anticonstitucional dos últimos governos que têm vindo a revogar sub-reptivamente a Lei de Bases do SNS aprovada e promulgada em 15 de Setembro de 1979, como toda a restante legislação aprovada durante o V Governo Provisório.

De entre as medidas legislativas mais recentes tomadas pelo Governo destacamos os decretos leis das carreiras médicas, das carreiras de enfermagem, os despachos que criam as administrações regionais de saúde e que regulamentam os novos centros de saúde integrados, etc.

Todo este pacote legislativo tem conduzido os serviços de saúde, no nosso distrito e não só, a uma situação que grosso modo se pode caracterizar pela seguinte maneira:

— Total desorganização e incapacidade interventiva dos serviços de saúde;

— impossibilidade de resposta às necessidades das populações manifestado pelos meses de espera para consultas em todos os concelhos;

— degradação total da qualidade das prestações de serviços às populações;

— manutenção de serviços de saúde a funcionarem em total desencontro com outros serviços com objectivos semelhantes;

— inexistência de qualquer investigação efectiva dos serviços de saúde de concelhos conforme estipula a lei, manifestada entre outras razões pela total inoperância e/ou incompetência das comissões instaladoras dos centros de saúde;

— uma apreensiva desmotivação de todos os trabalhadores de saúde que conduzir inexoravelmente ao abandono e hostilidade face aos novos objectivos legislativos de que foram sensibilizados e/ou responsabilizados;

— um crescente mais justificado repúdio pelas populações face aos péssimos cuidados que lhes são fornecidos.

A União dos Sindicatos de

Setúbal, face à situação que acima caracterizou, decidiu responsabilizar a Secretaria de Estado da Saúde e a Administração Distrital de Saúde pela incompetência, incapacidade e prepotência demonstrada ao longo da sua gestão.

Por outro lado, a USS exige o empossamento das Comissões Concelhias de Saúde no mais curto prazo possível e exige do Governo a rápida nomeação dos elementos constituintes das ARS de Setúbal, reafirmando a necessidade de corresponderem aos perfis técnicos exigíveis para a função, de modo a não ser possível a repetição da administração ruinosa a que se tem assistido da parte da actual administração distrital dos serviços de saúde de Setúbal.

Por fim, as organizações subscritoras do documento salientam o seu empenhamento na defesa intransigente da saúde das populações daquele distrito, afirmando a sua receptividade para colaborar com todos os organismos estatais de saúde com vista à consecução do objectivo subscrito pelo Governo português e emanado da Organização Mundial de Saúde — «Saúde para todos no ano 2000».

## Novos núcleos do MDM na emigração



No quadro das comemorações do 8 de Março, dirigentes do MDM deslocaram-se a França, RFA, Holanda e Bélgica, tendo efectuado reuniões em que participaram mais de 500 pessoas, na maioria mulheres, e aprofundado conhecimentos e perspectivas de trabalho entre as trabalhadoras portuguesas radicadas nesses países.

Em França, onde esteve Marina Antunes, da Direcção Nacional do MDM, e na RFA, Holanda e Bélgica, aonde se deslocou Maria José Gomes, do Secretariado Nacional, a maior parte das reuniões tiveram o apoio dos conselheiros coordenadores do MDM já aí existentes. Em casos como os das cidadãs de Hoopdord e Hala, na Holanda, das sessões realizadas nasceram, porém, novos núcleos, que passarão a contribuir de forma organizada para a actividade que o MDM já desenvolve nesses países, com relevo para o MDM de Amesterdão, que é reconhecido pelas autoridades portuguesas e ho-

landesas como organização social de mulheres portuguesas emigrantes.

Nun comunicado resultante destes contactos, o departamento de emigração do MDM destaca os problemas que mais gravemente atingem as mulheres emigrantes: a discriminação, enquanto mulheres e enquanto estrangeiras; a separação da família, muitas vezes dos filhos, e a não integração na língua e cultura do país para onde emigram; o isolamento cultural decorrente do analfabetismo que com maior incidência se verifica entre as mulheres; a frequente situação de trabalho «ilegal», motivando maus tratos, isolamento, muitas vezes prisão; o desemprego e a não renovação de contratos que expulsa emigrantes, e o subemprego que atinge particularmente as mulheres em todos os países dominados pela social-democracia em crise.

Finalmente, as mulheres emigrantes são aí as mais ex-

ploradas, mesmo entre as mulheres: condenadas aos serviços domésticos, empresas de limpeza, lavandarias, ao sector têxtil, da alimentação e à agricultura.

O MDM considera que em resultado destes contactos «saiu reforçado o papel do MDM enquanto movimento de opinião e intervenção junto das mulheres emigrantes».

## Poder local

## Obras da Ribeira de Odivelas concluídas este mês

As obras de depoluição da Ribeira de Odivelas ficarão concluídas nesta primeira quinzena de Abril, informa o Serviço de Relações Públicas da CM de Loures. Os trabalhos, levados a cabo entre Odivelas e Póvoa de Santo Adrião, visam a construção de um coletor de grande capacidade que vai recolher os esgotos que correm actualmente na Ribeira, conduzindo-os para a estação de tratamento de Frielas.

Para as populações da zona — sublinha o comunicado — é o fim do tormento dos maus cheiros e dos mosquitos e de um potencial foco de doenças. Para a Câmara «é a primeira etapa da resolução do problema mais geral do completo saneamento da Ribeira de Odivelas e o cumprimento de uma promessa assumida para com os seus munícipes».

A obra deveria ter ficado concluída no passado mês de Fevereiro. Cerca de mais 50 dias acabaram por ser gastos em negociações com os proprietários das terras que tinham que ser atravessadas pelos colectores, com os atrasos da Junta Autónoma de Estradas nas obras de desvio do leito da Ribeira e os da CM de Lisboa na construção de um coletor de águas pluviais entre a Calçada de Carriche e a Ribeira de Odivelas.

«Todos estes entraves, agravados ainda pela natureza dos solos, extremamente lodosos, bem como o facto de as obras terem sido realizadas no Inverno, não só atrasaram como encareceram a obra, inicialmente orçada em 65 mil contos e que se prevê agora atinja os 95 mil contos».

As obras agora realizadas estão inseridas num projecto muito mais vasto, com início no concelho da Amadora e terminus em Frielas. Aqui será construída uma nova Estação de Tratamento de Esgotos, a juzante da actual, servindo 400 mil habitantes. Porém, este projecto de depoluição não poderá nem deverá ser suportado unicamente pelo município de Loures: é uma obra que serve vários municípios e terá que ser financiada também pelo Governo e pelas Câmaras de Loures, Amadora e Sintra. Até agora só a Câmara da Amadora se comprometeu a comparticipar.

É do conhecimento público que a poluição das correntes de água da área metropolitana de Lisboa atingiu um nível alarmante para a saúde das popu-

lações. As Câmaras, desfalçadas pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, não têm capacidade financeira para resolverem este problema, afirma a nota da CM de Loures, pelo que é indispensável que os organismos centrais responsáveis e o Governo assumam as suas responsabilidades, nomeadamente cumprindo o que a lei estabelece quanto a projectos intermunicipais.

Mas é também indispensável que as Câmaras estabeleçam criteriosamente as suas prioridades orçamentais, como o faz a Câmara APU de Loures — e o primeiro critério é evidentemente o dos interesses mais prementes das populações —, e cumpram as promessas em que em tempo de voto não são pecas. Veja-se a Câmara de Lisboa...

## Maria Lamas condecorada pela FDIM

Maria Lamas recebeu na passada semana, no decorrer de um jantar convívio realizado na Casa do Alentejo, a medalha Eugénie Cotton — a mais alta condecoração da Federação Democrática Internacional das Mulheres.



Para esta homenagem, esteve em Lisboa Mirjam Vire-Tuominen, secretária-geral da FDIM, que na ocasião recordou a vida exemplar de Maria La-

mas, que muito jovem «abandonou o seu trabalho de investigação para se juntar aos milhares de mulheres que em todo o mundo lutaram e lutam contra o fascismo, pela paz, pelos direitos das mulheres e das crianças» e ocupou, quer em Portugal quer em organismos internacionais como o Conselho Mundial da Paz e a Federação Democrática Internacional das Mulheres, os cargos e funções reservados «aos mais coerentes e abnegados lutadores».

Rodeada e acarinhada por muitos amigos — dos quais muitas mulheres que foram suas companheiras ao longo dos mais de 60 anos em que se devotou à luta pela paz e pela democracia — Maria Lamas repetiu comovida aquela que tem sido o seu exemplo e o seu apelo de toda a vida: «Que esta reunião de amizade de várias gerações seja uma intensificação da luta das mulheres pela democracia e pela paz... Que a mulher desperte na transformação da sociedade — porque a transformação das mulheres é essencial para a transformação da sociedade».

**O Militante**  
À venda em todo o País

## Tempos de antena APU

Os tempos de antena, na televisão e na rádio, estão distribuídos. Partidos e coligações concorrentes às eleições do 25 de Abril vão dispor, assim, de uma tribuna cujos tempos são regulados e distribuídos através de sorteio nos termos da lei. A Aliança Povo Unido falará aos telespectadores e aos ouvintes com um calendário e horário que a seguir indicamos:

## Televisão — RTP

**Dia 7 de Abril** — quinta-feira  
— 20 horas e 50 minutos.

**Dia 9** — sábado — 20 horas e 30.

**Dia 14** — quinta-feira — 20 horas e 30.

**Dia 17** — domingo — 20 horas e 30.

**Dia 21** — quinta-feira — 20 horas e 50.

**Dia 23** — sábado.

As horas indicadas têm de ser consideradas como aproximadas.

A emissão na RTP dedicada à campanha eleitoral começa sempre, em princípio, às 20 e 30 horas, sendo os tempos distribuídos de dez minutos cada. No último dia, 23 de Abril, são concedidos apenas dois minutos.

## Rádio — RDP

**Dia 8** — 18 horas; **dia 11** — 17.45 horas; **dia 13** — 17.30 horas; **dia 15** — 18 horas; **dia 16** — 18.45 horas; **dia 19** — 17.45 horas; **dia 20** — 17.30 horas; **dia 21** — 18.45 horas; **dia 22** — 18.15 horas, aproximadamente.

## Rádio Renascença

**Dia 7** — 4.30 horas e 21.45 horas; **dia 12** — 21 horas; **dia 15** — 21 horas; **dia 16** — 4.30 horas e 4.45 horas; **dia 19** — 21.15 horas; **dia 20** — 21.15 horas; **dia 21** — 4.45 horas, aproximadamente; **dia 22** — 21 horas, aproximadamente.

## A guerra ao lixo começou no Porto

O lixo provoca doenças, cria ratos, dá maus cheiros, desfeia a cidade: levada por mãos de crianças à população do Bairro da Paroquia Antunes, esta mensagem semeou como que as primeiras flores no local da primeira lixeira eliminada no decurso da operação «Limpeza do Porto»: a lixeira da Maternidade Júlio Dinis.

Era tristemente célebre no Porto, a lixeira da Maternidade — uma das trezentas lixeiras e montureiras existentes na cidade, e uma das trinta a eliminar nos próximos dois meses, segundo o Plano de Acção Imediata proposto e em execução sob responsabilidade do pelouro de limpeza da CM do Porto, confiado à APU e ao seu vereador Oliveira Dias.

Esta campanha nasceu na prática como sempre quis ser: eficaz, eliminando as grandes chagas do lixo que por aqui e ali se amontoa na cidade, às vezes há dezenas de anos; «para limpar e manter limpo» — e o novo carro de lavagem mecânica das ruas que por lá passou pouco depois não tem nada de «simbólico»: assim será doravante.

Sobretudo, também como sempre se quis, nasceu ligada à população: as crianças, que

distribuíram os comunicados do pelouro de limpeza da Câmara, ou as mulheres do bairro, que acabaram à vassoura da os lixos a que o carro da água não tinha chegado e que vão velar, como se casa sua fosse, toda aquela área limpa de lixos, maus cheiros e focos infecciosos provocadores de doença.

A operação prosseguiu entretanto nestes dias: acabaram-se já também as lixeiras da Rua da Piedade, da Rua de Cedofeita, as da Praia dos Pastores, na Foz do Douro.

Mas, como sublinhou Oliveira Dias num encontro com jornalistas, uma campanha deste teor (e o próprio aproveitamento dos terrenos agora limpos) terá que contar com o empenhamento da população mas também de todos os serviços da Câmara e o apoio do Go-

verno: «Compete ao Governo e à Câmara implementar acções de maior alcance, de que se salienta a resolução do problema da habitação, o ajardinamento de novas áreas, o incentivo da produção agrícola e hortícola, a classificação de lugares naturais da cidade, a limpeza e depoluição do rio Douro, o incentivo à criação de clubes e grupos ecológicos ligados ao património da cidade».



**Trabalhadores**

**Ameaças sobre salários, empregos e lei da greve**

**Agravam-se responsabilidades na CP**

**● A CGTP publica balanço da situação**

Num balanço atualizado sobre os conflitos e as lutas dos trabalhadores, a CGTP afirmava há dias que a "invocação do tecto salarial" por parte do Governo em funções não passa de "um pretexto", nos transportes, para agudizar os "conflitos em empresas que prestam serviços essenciais, procurando deliberadamente o descontentamento da população". O documento, que resulta de um estudo do Departamento de Contratação Colectiva da Central, refere-se a dados de Fevereiro findo e incide em 150 empresas e 26 sectores de actividade.

A principal conclusão do estudo é a de que nesse mês se mantiveram como motivos principais dos conflitos e das lutas o pagamento de salários em atraso e a defesa dos postos de trabalho e do emprego em geral. Tomando entretanto posição sobre a greve na CP, a União dos Sindicatos de Lisboa destacava num comunicado vindo a público no dia 1 que se está perante "uma greve contra a greve" e que a "via repressiva" adoptada pelo ministro dos Transportes e pelo Governo, ao decretarem a requisição civil e ameaçando com despedimentos em massa, é um processo condenável, escolhido pelo PSD e pelo CDS para o substituírem ao diálogo e ao respeito pelos interesses dos trabalhadores, que esses partidos "continuam a impedir em todas as empresas de transportes", especialmente a Carris, Metro, RN e CP.

A posição sobre a greve dos caminhos-de-ferro, que passou a ter duração indeterminada no dia 31 de Março, depois da decisão ministerial que implica despedimentos, vem na sequência de outras atitudes sindicais e não sindicais desligando-se da forma de luta adoptada.

A greve, que os partidos no Governo pretendem conotar com as organizações sindicais mais representativas dos trabalhadores da CP, nada tem a ver com a Federação dos Sindicatos Ferroviários (Norte, Centro e Sul) nem com as organizações em que esses Sindicatos estão filiados. A Federação que representa 16 mil de cerca de 23 mil trabalhadores da CP, já afirmou que se oporá, assim como todos os ferroviários, "a qualquer tentativa de medidas repressivas, nomeadamente despedimentos, que recaiam sobre trabalhadores que venham a seguir a orientação dos sindicatos promotores desta greve".

Essas associações, que a Federação designa por sindicatos, têm um carácter marcadamente profissional e caracterizam-se também pelo reduzido número de filiados. A composição da "Frente" denota bem essas características. O pré-aviso inicial, para a paralisação entre as 12 horas de 30 de Março até à mesma hora de 5 do corrente, é subscrito pelos Maquinistas (SMAQ); Trencs e Revisão (SFRTR); Estações (SINFAP); Serviços (SINFES); Maquinistas/Via Fluvial (SITE-MAQ); e Economistas (SE). Trata-se claramente de sindicatos de empresa, apertados com grupos de pressão. No pré-aviso que publicaram, os

subscritores sentiram-se na obrigação de declarar (o que, note-se, não é exigido pela lei da greve) que a forma de luta adoptada "visa exclusivamente objectivos laborais".

**Má consciência**

Perante esta atitude pode-se perguntar se os sindicatos da Frente se preparam para antecipar sobre os projectos da CIP, revendo já por conta própria a lei da greve... Ou então é só má consciência de quem vê nesta paralisação objectivos nada claros e susceptíveis de ser tomados por aquilo que realmente são, podendo inclusivamente constituir, como aliás alertou a tempo o Organismo de Direcção do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP, "uma manobra dos governos dos partidos reaccionários PSD/CDS, conjugada com a acção de dirigentes sindicais de sindicatos paralelos alectos àqueles partidos para criar um clima de agitação durante a campanha eleitoral e em torno das próprias eleições de 25 de Abril, na esperança de diminuir a profunda derrota eleitoral que os espera".

Entretanto, e haja má consciência ou não, devem os trabalhadores (e não só os da CP) estar informados de que esta greve por tempo indeterminado, segundo pelo menos a versão de antemão, veio já, além de outros pretextos, desencadear o do atraso no pagamento dos salários. Diminuir os mesmos salários para os mínimos nacionais é outra das ameaças, e de acordo com a nota da Direcção do Sector

da ORL, que citamos no parágrafo anterior, surge agora o pretexto para o conselho de gerência da CP começar "a falar na aplicação do decreto da redução da exploração da empresa", ameaça que é de encerrar muito a sério visto que acarreta - sublinha o ODSST da ORL - "funestas consequências para todos os trabalhadores", em primeiro lugar o desemprego, como é habitual.

**"Uma greve contra a greve"**

Em vez da proposta da maioria apresentada pela Coordenadora dos Sindicatos do Sector dos Transportes e pela Federação, os sindicatos da Frente pretendem avançar com a revisão do acordo de empresa (AE), acatando os 17 por cento do tecto salarial. A diferença estava em 2,5 por cento. Ainda antemão a proposta do conselho de gerência se mantém nos 14,5 por cento e os anunciados "objectivos laborais" da greve, que o pré-aviso expressamente referia, estavam assim reduzidos a uma margem que de modo nenhum justificava uma paralisação por tempo indeterminado e um prejuízo superior a 300 mil contos por dia.

Para a opinião pública esta greve funciona sem justificações suficientes para o alcance que pretende ter. O direito de todos os trabalhadores à greve não pode ser posto em causa. Nem a via repressiva é solução. A Federação dos Sindicatos Ferroviários, a União dos Sindicatos de Lisboa, a organização do PCP no sector reafirmaram já por várias vezes e em diversas ocasiões que o Governo PSD/CDS é o responsável pelo conflito na CP e em outras empresas do sector dos transportes rodoviários e urbanos.

Terça-feira, 4 do corrente, o Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP responsabilizava novamente "o governo PSD/CDS pelo prolongamento do conflito no sector" e pelas "provoações que em torno dele se estão a desenvolver na CP".

Numa nota distribuída à imprensa o ODSST sublinhava antemão "a necessidade da anulação dos processos instaurados ao abrigo da requisição civil e, do mesmo tempo, pôr termo à paralisação em curso que só está a favorecer o Governo e os partidos que o compõem".

**Uma greve "esticada" artificialmente**

À parte os interesses dos trabalhadores, designadamente

a reposição do poder de compra - luta pela qual o apoio tem sido constante da parte das associações sindicais unitárias e representativas no sector - a greve por tempo indeterminado na CP tem sido artificialmente "esticada". É pelo menos o que se depreende das tomadas de posição até agora divulgadas por quem se encontra melhor colocado para analisar o conflito e propor soluções.

Sem a intransigência artificial do Governo, e designadamente do ministério dos Transportes, poderiam ter sido evitados muitos prejuízos à empresa e aos utentes. A situação da CP, sujeita ao domínio completo dos partidos no Governo, é apresentada como muito grave. Os números apresentados pela administração são realmente preocupantes. Mas não se pode mais uma vez tentar que sejam os trabalhadores a pagar a saúde económica de uma empresa que presta um serviço público como a CP.

Como se sabe, a Coordenadora dos Sindicatos dos Trans-

**"O Organismo de Direcção do Sector dos Transportes da ORL do PCP reafirma o seu apoio à justa luta dos ferroviários e de todos os trabalhadores do sector dos transportes pela reposição do poder de compra e em defesa dos direitos alcançados, apontando que o caminho certo para a vitória das suas reivindicações está na escolha de formas de luta que, contrariando as provocações para que o Governo e alguns conselhos de gerência os querem arrastar, permitam a demonstração viva da sua unidade e determinação e simultaneamente ajudem a colocar do seu lado a população utente dos transportes".**

portes propôs ao ministério do sector em Fevereiro, antes do segundo período de greves deste ano, que se fizesse um adiamento na base de uma média dos aumentos salariais já conseguidos este ano acima do tecto salarial de 17 por cento.

Se essa proposta fosse aceite, o que inicialmente parecia ir acontecer, terminariam as greves no sector e remeter-se-ia para depois das eleições a revisão das conversões colectivas de todo o sector.

Mas a proposta foi recusada pelo Governo PSD/CDS. E presentemente uma autodenominada Frente de sindicatos, que deixa de fora a grande maioria do pessoal da CP, pretende negociar aumentos de 17 por cento, arvorando-se assim em única interlocutora do mesmo

Governo que continuava ainda antemão a manter a intransigência habitual, mas multiplicando agora as ameaças e as pressões.

**Salários em atraso e conflitos laborais**

O não pagamento de salários continuou a ser a causa principal dos conflitos laborais verificados em Fevereiro passado, conforme revela um estudo do departamento de contratação colectiva da CGTP-Intersindical. A seguir vem a luta pela actualização salarial, a defesa do emprego e a defesa dos direitos colectivos dos trabalhadores.

Milhares de trabalhadores não recebem salários ou recebem-nos parcialmente ou de forma irregular - revela ainda o documento, salientando que em mais de 48 por cento das empresas analisadas se tem registado o não pagamento de salários. A região de Leiria surge como a das mais afectadas. O Encontro de representantes das empresas em

patronais que se recusam a conceder aumentos que o ultrapassem.

A defesa do emprego assumiu maior importância em sectores como os têxteis, vestuário e calçado, metalurgia e metalomecânica, cerâmicos e indústria vidreira. A situação mais frequente nestes sectores tem a ver com o risco de encerramento e falência das empresas, sublinhando o documento da Intersindical que a defesa dos postos de trabalho surge como causa principal dos conflitos em 39 por cento das empresas estudadas.

Por outro lado, em 20 por cento das empresas, verificaram-se situações de violação dos direitos colectivos dos trabalhadores, com relevo particular para os direitos sindicais que assumiu várias formas. As mais frequentes foram o impedimento da realização de plenários no período normal de trabalho, mesmo em empresas públicas como os CTT e a CNP; a suspensão ou despedimento dos representantes sindicais, como aconteceu nas empresas "Batista Russo", "A. Marinho", "Fábrica de Louças de Sacavém", entre outras. A discriminação dos representantes sindicais, sobretudo a nível salarial, também é referida como uma das violações verificadas.

A violação do direito de contratação colectiva atingiu também um número significativo de empresas. Na "Panificação Centro e Sul", por exemplo, a entidade patronal recusou negociações com sindicatos representativos. Na RN e na TAP não houve apresentação de contrapropostas. O próprio Governo, por seu lado, violou o direito de contratação colectiva através da tentativa de aplicação de pseudo-convenções subscritas por organizações minoritárias e divisionistas a todos os trabalhadores, através de portarias de extensão que aconteceu na Hotelaria do Centro.

**Formas de luta**

Greves e ameaças de greve, concentrações, corte de vias de comunicação, marchas, impedimentos da saída de mercadorias, manifestações, foram as formas de luta assumidas pelos trabalhadores no mês referido no estudo da CGTP, que salienta a sua diversificação.

Outras características apontadas pela central sindical



relativamente às lutas dos trabalhadores foi a sua conjugação temporal, nomeadamente nas empresas do sector dos transportes - Metro, Carris, CP - tal como já havia acontecido em Janeiro. A exteriorização dos conflitos, através de acções colectivas no sentido de dar a conhecer à opinião pública as razões da luta dos trabalhadores (caso da Vidreira de Fontela, por exemplo) foi também uma das características assinaladas pelo referido estudo.

Os conflitos que assumiram um maior impacto público - afirma a CGTP - foram os das empresas públicas e nacionalizadas do sector dos transportes - Carris, CP e Metro - a CIFA e a Vidreira de Fontela. Destaca-se este último conflito, que envolveu directamente quer os trabalhadores da empresa, há largos meses sem salários e os postos de trabalho em perigo, quer a população da região.

Sublinhando o facto de que grande parte dos conflitos continuam sem resolução, mantendo-se ao mesmo tempo a tendência para o aumento da duração dos mesmos, o estudo divulgado pela Inter revela alguns dos resultados mais significativos já conhecidos no final de Fevereiro.

O facto de o Governo não ter conseguido a aplicação do tecto salarial é referido em primeiro lugar. Com efeito, em finais de Fevereiro, eram já conhecidos mais de 30 processos de contratação colec-

tiva concluídos em 1983, em que os aumentos salariais foram superiores, em todos os casos, aos 17 por cento fixados pelo Governo. A maior parte dos aumentos salariais acordados situou-se entre os 19 e os 25 por cento.

Em segundo lugar, as greves realizadas nas empresas do sector de transportes - Carris, Metro e CP - mostraram não passar de um pretexto para o Governo a invocação do tecto salarial, demonstrando-se perante a opinião pública que a acção do Governo visa a agudização dos conflitos em empresas que prestam serviços essenciais, procurando deliberadamente o descontentamento da população.

Finalmente, outro resultado alcançado e sublinhado pelo documento da CGTP a título de exemplo:

Os trabalhadores da CIFA levantaram a greve com ocupação a 3 de Fevereiro, tendo-se chegado a um acordo que prevê o pagamento de salários em atraso, no prazo de quarenta e oito horas após ter sido processado o empréstimo concedido pela Secretaria de Estado do Emprego. Os incidentes do dia 27 de Janeiro, de que resultou a morte de um trabalhador pela GNR estão a ser investigados, tendo a USP entregue na Procuradoria Geral da República uma queixa formal visando o apuramento das responsabilidades.

**Terra**

**Governo e agrários responsáveis pelo desemprego no Alentejo**

«O desemprego no sector agrícola no distrito de Évora existe porque dezenas de herdades estão abandonadas na posse dos agrários, porque a política iniciada em 1976 apenas visa destruir a Reforma Agrária - esta, uma das conclusões a que chegaram os trabalhadores agrícolas desempregados daquele distrito após reunião recentemente realizada no Palácio D. Manuel.

Em número de muitas centenas, os trabalhadores presentes no plenário promovido pelo Sindicato Agrícola de Évora reafirmaram o seu repúdio pela escandalosa acção praticada pelos agrários que não aproveitam os produtos, «têm as

terras abandonadas e subarrendadas, enquanto milhares de trabalhadores estão no desemprego».

Detendo-se sobre as origens desta situação, os presentes consideraram na moção aprovada no final do plenário que a «política de recuperação capitalista iniciada pelos governos PS e agravada pelos governos "AD"/PSD/CDS, entregando pela força milhares de hectares de terras, máquinas e outros bens aos grandes agrários», agravou assustadoramente as condições dos trabalhadores e do povo, bem como da economia nacional.

Na opinião dos trabalhadores agrícolas dos campos do Sul, nunca existiu da parte dos

governos de direita qualquer vontade de «melhorar e ajudar a agricultura nacional», nem interesse pelas grandes transformações operadas nas terras na posse das UCP's/Cooperativas, nem sequer pelos Planos de Rega do Alqueva e de outras pequenas barragens.

«Os governos desde 1976, apenas têm tido como objectivo a destruição da Reforma Agrária e a entrega das terras aos latifundiários e capitalistas», salientam os operários agrícolas.

Numa alusão aos chamados projectos de combate ao desemprego da iniciativa do governo, os promotores do plenário consideraram que estes apenas servem «para encher

os bolsos dos agrários». Fundamentando a sua acusação, a moção refere que em dezenas de herdades «andam pessoas a trabalhar pagas pelos centros de emprego», despendendo largos milhares de contos, para que os agrários obtenham todos os lucros.

Depois de referir alguns números elucidativos sobre a sabotagem praticada pelos agrários, como sejam os 600 mil quilos de azeitona que ficaram por apañar em 1980/81, os 400 mil quilos em 1981/82, e os mais de 250 mil quilos em 1982/83, a moção sublinha que o nosso País precisa de um governo que não permita exemplos destes, um «governo que respeite os trabalha-

dores e a economia nacional e resolva os graves problemas como o desemprego, a saúde, a habitação, o ensino, etc.».

Para viabilizar um tal governo, o documento salienta a necessidade de um grande empunho dos trabalhadores na campanha eleitoral de forma a que os resultados «afastem definitivamente a direita do Poder» e se criem condições para uma verdadeira viragem democrática na vida portuguesa.

Enunciando alguns dos aspectos que consideram imprescindíveis para uma nova política em matéria de Reforma Agrária, os trabalhadores agrícolas desempregados frisam que o Governo que vier a ser formado não deverá permitir as terras abandonadas, entregando-as sempre que tal se verifique aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores; terá de rever urgentemente todos os casos de ilegalidade cometidos nestes últimos anos; por termo aos falsos projectos de combate ao desemprego que apenas têm servido os agrários e que o controlo do dinheiro nos centros de desemprego seja feito com representantes dos trabalhadores.

«Haja uma política democrática com base no desenvolvimento e no apoio à agricultura, pelo aproveitamento dos produtos naturais, pela transformação dos produtos agrícolas na própria região, pelo aproveitamento das terras de regadio e introdução de novas culturas, e o desemprego no sector agrícola acabará», concluem os trabalhadores agrícolas desempregados do distrito de Évora.

**Iniciativa privada e padrões europeus**

A Confederação do grande patronato industrial (CIP) fala em nome da «iniciativa privada». Mário Soares faz o mesmo em relação ao que designa por «padrões democráticos europeus no campo dos direitos sindicais». A iniciativa privada é o santo e a senha dos senhores europeus formados na escola da administração rotativa do capital financeiro e dos monopólios internacionais.

Tanto a CIP como Mário Soares (e o seu PS consigo) querem ser patrões dos patrões portugueses. E mesmo de alguns estrangeiros, já agora, que por cá estejam. No Encontro da CIP no Porto, aqui há duas semanas (25 de Março) ficou nitidamente focada a imagem que CIP e PS/Mário Soares entendem fazer valer junto dos empresários que vivem do seu trabalho.

A CIP quer atrelar ao carrão do capital financeiro e monopolista os pequenos e médios industriais e comerciantes que deixará pelo caminho, se conseguir caminhar por onde entende com o seu governo «europeu».

Mário Soares quer que a UGT, já com as alianças «democráticas» prontas, se apresente em «pacto social» limpa de qualquer nódoa junto de toda a «iniciativa privada», que na sua carta para o Porto «autorizou» que seja a CIP a representar.

Mário Soares dirige-se aos grandes industriais com os mesmos «consensos» da «privada», olhada de alto pelos grandes patrões e os seus

gestores da banca, dos seguros, da maioria das grandes empresas nacionalizadas.

Segundo as transcrições da imprensa, o Encontro da CIP no Porto e a carta de Mário Soares dirigida aos grandes patrões não diferem substancialmente no que respeita à «iniciativa privada». A «iniciativa privada» só pode ter os mesmos interesses que tem a CIP dos Mellos e os «quadros» das grandes empresas devolvidas aos grandes recuperadores de privilégios perdidos em 25 de Abril? A «iniciativa privada» terá de ficar sujeita aos «padrões democráticos europeus»? Que significa isso trazido em português?

Responde o Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais que, talvez por não viajar tanto como os Mellos, os outros Cipes e Mário Soares, se lembra perfeitamente do tempo em que os grupos do capital financeiro instalados na banca e na grande indústria mandavam dizer que a letra, o crédito não podia ser... Para a próxima, talvez... O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais como organização representativa considerou «abusivo, por parte da CIP, falar em nome da pequena e média iniciativa privada portuguesa».

A direcção do MPMCI acha muito justamente que os seus problemas não são da alçada de quem como a CIP faz da Constituição e do regime democrático cavalo de batalha para satisfação de interesses e objectivos nada coincidentes com os dos empresários

alheios à roda restrita do grande capital e ao acesso às grandes fontes do crédito, como é o caso, contrariamente, dos grandes patrões da CIP e dos seus partidos que colocam quem entendam à frente da banca e de outros cargos-chave na economia do País.

O MPMCI põe justamente em causa as boas intenções manifestadas na carta de Mário Soares para os grandes patrões. O MPMCI entende que os seus problemas têm solução dentro do quadro constitucional vigente. Não precisam das soluções anticonstitucionais da CIP para o aumento do investimento, para a redução das taxas de juro, para o alargamento do crédito. Precisam é do fortalecimento da democracia e do afastamento dos partidos da CIP da área do Poder.

Os discursos dos grandes patrões no Porto e em especial, como o MPMCI afirma num comunicado, «a nova e intempetiva revisão da Constituição» que a CIP preconiza, são entendidos pelos pequenos e médios comerciantes e industriais como mais uma tentativa «desesperada de repor ao fim de oito anos de regime democrático as estruturas empresariais dominadas por um pequeno grupo que, controlando os meios financeiros e o mercado, profundamente lesaram a pequena e média iniciativa industrial e comercial, estrangulando-a e condenando toda a economia nacional à crise que agora vivemos», precisamente aqui e não na «Europa» da CIP e de Mário Soares.

**PCP**

**Em contacto directo com agricultores de Faro e Olhão**

Na sequência dos contactos directos que tem estabelecido com os variados sectores da realidade algarvia, o deputado comunista Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e cabeça de lista da APU pelo círculo eleitoral de Faro, esteve reunido recentemente com agricultores dos concelhos de Olhão e Faro.

Nesse encontro foram debatidas as principais preocupações da agricultura do Algarve: os efeitos da seca; o preço do gasóleo, das sementes e das rações; o seguro agrícola; e as taxas de juro.

Em relação à água, são grandes as preocupações de uma prolongada seca, o que tem como consequência o facto de vários furos estarem já sem o precioso líquido. Para além disso, são cada vez mais elevados os custos para obter água já que se tem de furar a maior profundidade.

Quanto ao gasóleo e ao prometido subsídio de cinco escudos/litro por parte do Governo: não são os agricultores que estão a beneficiar, mas antes, na sua grande maioria, intermediários especuladores. São efectivamente estes que vão recolher grande parte do milhão e quinhentos mil contos que o Governo dispõe para o subsídio.

É também motivo de protesto e desgastado dos agricultores o elevado preço que têm de pagar pelos contadores de electricidade e as deficientes condições em que está a ser fornecida a energia eléctrica, o que faz com que os motores de rega avariem com frequência.

As elevadas taxas de juro do crédito de campanha que passaram de 12 para 18 por cento é também motivo de forte desgastado e constitui um condicionamento ao fomento agrícola.

O seguro agrícola tão propagandeado pelo Governo é considerado pelos agricultores como uma verdadeira fraude

(tal como é dado a partir de 15 de Fevereiro não cobre de facto as alturas em que é mais necessário no Algarve: o período de Dezembro e Janeiro, quando as geadas são mais frequentes).

Por último, os agricultores reclamam que os produtos agrícolas tenham certificado de garantia e o preço nas embalagens como medida de protecção contra a especulação e a fraude.

Carlos Brito falou das propostas da APU no âmbito da agricultura, tendo salientado a necessidade dum profunda alteração na vida política do País.

Internacional

# A miragem da superioridade militar absoluta

Os vários países da NATO — com excepções conhecidas: a Holanda e a Grécia — proclamaram o seu apoio à «proposta intermédia» de Reagan. O demitido governo português afirmou registar «com apreço e apoio» a «nova iniciativa do presidente dos Estados Unidos». Por cá, Rádio, TV, alguma imprensa, somaram esforços para fazer crer na vontade política de Paz da Casa Branca. Ingrata tarefa, diga-se de passagem, que só o anticomunismo oficial de quase cinquenta anos de fascismo, a somar aos dos sucessivos governos PS e AD, permite minimamente concretizar.

Comecemos por uma questão fundamental: há uma nova proposta?

1.º — A chamada «proposta intermédia» assenta na «opção zero». Ou seja, em síntese: ignora a existência de mísseis baseados no solo em França e na Grã-Bretanha; ignora a existência de bombardeiros nucleares norte-americanos igualmente instalados na Europa (mais de três centenas); ignora o carácter estratégico e novo das novas armas nucleares norte-americanas que se pretende colocar na Europa. Estratégico porque permite atingir, e em profundidade, território soviético. Novo, entre outras razões, porque reduz o tempo necessário a um ataque nuclear de 30 para 8 minutos.

Ignora tudo isto como se o que estivesse em causa não fosse de velharias sem interesse, ou de factos de alguma importância. O gesto imperial de quem pretende ainda ter — mas já não tem — a face e o queijo na mão.

2.º — Assenta numa mesma ideia de fundo de uma pretensão superioridade militar soviética, superioridade negada mesmo nos EUA por personalidades como Mcnamara ou James Schlesinger, e isto quando a paz que tem sido possível na Europa se deve exactamente ao equilíbrio militar obtido — irreversível pela capacidade científica, tecnológica e económica, tanto da NATO como dos países do Pacto de Varsóvia (ou alguém vai acreditar que o Pentágono se «deixou ultrapassar»?).

3.º — Limita-se — e é essa a única novidade — a não exigir um desarmamento praticamente total da URSS (de que a maioria dos mísseis nucleares estão assentes no solo, contra-riamente aos EUA, cujas armas nucleares são, significativamente, mais móveis — a maioria está instalada em submarinos e aviões), mas parcial. Em «contrapartida» a uma colocação, também parcial, dos novos mísseis norte-americanos na Europa.

Mas aqui também, uma outra questão fundamental é esca-moteada. É que um só míssil norte-americano na Europa — do tipo dos previstos — altera o equilíbrio estratégico. Porque se trata de mísseis novos, e não simplesmente de mísseis mais aperfeiçoados, mas com capacidades idênticas.

A verdade é que, neste momento, quando a quantidade de armamento acumulado, e nomeadamente nuclear, daria para destruir várias vezes a Terra, o problema do equilíbrio já não é, no fundamental, tanto

uma questão quantitativa, mas sim qualitativa.

4.º — Por tudo isto a resposta soviética foi a resposta prevista. Falando em conferência de imprensa, o camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, rejeitou a nova versão americana da «opção zero», baseando tal rejeição em quatro razões:

1. Não tem em conta os mísseis nucleares franceses e britânicos de médio alcance; 2. Não tem em conta as centenas de aviões norte-americanos portadores de armas nucleares baseados em terra e em portá-veis; 3. Obrigar a URSS a desmantelar os seus mísseis estacionados na Ásia; 4. Daria à NATO uma superioridade aproximada de duas vezes e meia em ogivas nucleares de médio alcance na Europa relativamente à URSS.

Além da proposta Reagan de forma alguma visava uma resposta positiva por parte da União Soviética e progressos na Conferência de Genebra. Em múltiplas declarações, responsáveis pela administração Reagan têm claramente afirmado que a decisão da NATO é para levar à prática. Os EUA não querem um acordo em Genebra. O que pretendem sim é: instalar os novos mísseis nucleares na Europa, mantendo, simultaneamente, uma imagem pública de «gente de paz».

Assim, a proposta de Reagan não foi dirigida à União Soviética, mas ao movimento pacifista mundial, em particular ao movimento pacifista na Europa, cuja envergadura constitui ameaça concreta aos planos belicistas da NATO.

### Um boné de soldado sobre um botão nuclear

Num pequeno filme de desenhos animados divulgado pela ONU, e visando chamar a atenção da opinião pública mundial para o grande perigo que a própria acumulação de armamento — em si — constitui, a queda do boné de um soldado adormecido sobre o botão nuclear, desencadeia o holocausto final do nosso planeta.

É simplesmente uma imagem simbólica, claro está. Mas corresponde a uma realidade muito concreta: a de que a máquina de guerra pode funcionar quase «sozinha». Basta lembrarmos que o tempo que um dos novos mísseis americanos, cuja instalação na Europa se pretende concretizar no fim deste ano, leva a atingir o seu alvo — cerca de 8 minutos —

não permite qualquer contacto para esclarecer uma situação, uma suspeita, para uma última tentativa de recurso ao diálogo.

E a consciência crescente desta realidade e dos imensos perigos que comporta que se vem a exprimir por um grande movimento de massas pela paz, contra a corrida aos armamentos. Por isso, nestes dias de Páscoa, e apesar dos intentos reageanos de apresentar uma imagem «pacífica» com a sua «proposta intermédia», centenas de milhares de pessoas saíram à rua, em particular na

clear. Na RFA realizaram-se cerca de 90 marchas de protesto, com a participação — pela primeira vez — dos sociais-democratas (SPD), a nível oficial. Significativamente, os manifestantes foram reprimidos. A visita já anunciada de Kohl a Moscovo não pode deixar de se inserir também neste vasto movimento contra mais armas nucleares no continente Europeu.

Tudo isto assume tanto mais importância quanto são visíveis os esforços de apresentar a decisão da NATO como dado

rácter «defensivo» (!) — ou seja — um novo sistema de armas destinadas à destruição de mísseis, o que leva directamente à militarização do Espaço, e à utilização dos laser e das micro-ondas para interceptar outros mísseis, abrindo assim a Washington a possibilidade de atacar sem ser sujeito a represálias. Enfim, mais uma forma de ter mãos livres, na ambição de domínio mundial.

Isso mesmo foi de imediato denunciado nos EUA, por personalidades ligadas ao Poder. Desmentindo os argumentos do presidente norte-americano de que os EUA se encontrariam numa situação de inferioridade, o senador Inouye, afirmou «Sabem muito bem que isso não é verdade». Reagan procede assim «porque teme que o seu desmedido orçamento de defesa seja cortado pelo Congresso e porque pretende desviar a nossa atenção dos desastres económicos provocados pela sua política». No comentário da cadeia norte-americana de TV, NBC, a decisão da Casa Branca era interpretada como «um novo grande passo na criação do potencial necessário para poder concretizar o primeiro golpe nuclear».

Na RFA, o jornal de Bona, «General Anzeiger», comenta nas suas páginas: «O que o presidente Reagan proclama, é a inviolabilidade contra as armas de destruição da URSS mantendo o seu próprio arsenal de resposta massiva, ou seja a superioridade militar absoluta».

Assim se compreende bem o porquê da recusa de uma resposta positiva (ou simplesmente uma resposta) a propostas sucessivamente avançadas pela União Soviética e outros países socialistas, como: o apelo a elaborar, no mais breve prazo, um Tratado sobre a proibição total e geral dos ensaios de armamento nuclear; ou ainda acordos para barrar o caminho da corrida armamentista no espaço cósmico e proibir a arma de neutrões.

E o porquê não tem nada a ver com o estafado argumento de que seriam propostas «demagógicas». Mas sim com a vontade, por parte dos EUA, de desenvolver o armamento nuclear, e as armas no espaço, e a produção da bomba de neutrões. Como todos os tipos de armas e sistemas que lhe facultem o impossível: a superioridade militar, base de uma política de domínio mundial.

Esta quase coincidência no tempo entre o anúncio oficial da militarização do Espaço e a «proposta alternativa» bem esclarece o verdadeiro conteúdo, as intenções subjacentes na segunda.

Como há cerca de uma semana o camarada Ponomarev, dirigente soviético, denunciava, a política externa de Washington assenta na «preparação para a guerra como o meio mais eficaz para defender a paz». Uma «grande mentira». Mas também um grande perigo contra que há que lutar decididamente.

### Reaganmania de Lançamentos



Antes



Depois



Agora

RFA e na Grã-Bretanha, contra a instalação dos Pershing e dos Cruzelero no seus países.

Uma cadeia humana de 22 quilómetros, ligou simbolicamente, na Grã-Bretanha, a base de Greatham de Common, onde está prevista a instalação dos Cruise, e a fábrica de bombas de Bughfield, passando pelo centro de investigações nucleares em Aldermaston. Flores e símbolos pacifistas foram colocadas junto à base de submarinos nucleares britânicos de Faslane, na Escócia. No centro de Glasgow, milhares de manifestantes simularam o fim, a consequência inevitável de uma guerra nu-

adquirido, ou até como facto consumado. E como tal incontestável. Contra o que não valeria a pena lutar.

### A militarização do Espaço

Poucos dias antes da «proposta intermédia» Reagan divulgou a decisão de os EUA se lançarem oficialmente na corrida às armas no Espaço. O pretexto: neste caso como em todos os outros é a «defesa». Concretamente, em vésperas de Páscoa, Reagan propôs mais uma proposta «pacífica», uma «nova estratégia» de ca-

## América Latina

# Um continente em luta contra a ditadura fascista

Os membros da Comissão Salvadorenha dos Direitos do Homem apresentaram recentemente à Imprensa testemunhos da actividade dos fascistas no Poder em Salvador. Os números falam por si: desde Outubro de 1979 estimam-se em 38 000 os assassinatos políticos, sendo 3 612 o número dos mortos desde o princípio do ano. Estes dados não contam ainda com as noventa pessoas massacradas juntamente com Marinella Garcia Vilas, presidente daquela Comissão.

### Marcha da fome em Santiago

O mês de Março fica assinalado em vários países da América central por fortes lutas populares. No Peru, uma greve

Assassinada em Salvador quando recolhia informações sobre a utilização de armas químicas pelo exército salvadorenho, Marinella Garcia, presidente da Comissão dos Direitos do Homem no seu país, conheceu antes de morrer toda a atrocidade do regime que se propunha denunciar. As torturas a que foi sujeita antes de ser massacrada, juntamente com as pessoas com que se encontrava, são testemunhadas por documentos fotográficos que deixam por terra as tentativas do governo de El Salvador em fazer crer que a sua morte ficou a dever-se a um acidente entre o exército e a guerrilha.

Documentos fotográficos que a maior parte dos jornais preferiram ignorar, talvez para não desagradar mais aos Estados Unidos que ainda há pouco se queixavam do fraco apoio que os países europeus estavam a dar às suas operações na América Central, designadamente no que se refere ao plano de auxílio militar suplementar.

Para Fred Ikle, sub-secretário da Defesa norte-americano, «o papel desempenhado e as posições adoptadas pelos nossos aliados europeus na luta pela democracia na América Central e nas Caraíbas são decepcionantes». Compreende-se que a administração Reagan se sinta frustrada pelo facto de a Europa não aplaudir entusiasticamente a sua decisão de avançar com mais 110 milhões de dólares em auxílio militar às ditaduras centro-americanas. Mas como compreender na Europa, apesar dessa desilusão «reaganiana» a timidez da denúncia dos «progressos da democracia» em tais países que o assassinato de Marinella Garcia em Salvador tão bem elucidou?

Se para Washington é cada vez mais difícil fazer acreditar nas «melhorias» e «estabilidade» dos países da América Central, para a Europa Ocidental é cada vez menos fácil manter-se no papel de espectador de tão graves crimes contra a Humanidade. A solidariedade activa para com os povos em luta contra o fascismo e o imperialismo torna-se dia-a-dia uma exigência mais premente.

A luta de massas na América Latina em geral alastra a todos os quadrantes políticos e é já hoje difícil pretender apresentá-la como mero reflexo dos conflitos norte-sul. Não é só em Salvador que a resolução da situação interna exige uma solução política para que todos os amantes da paz devam contribuir. No Peru, no Equador, no Chile, como em tantos outros países, a falência dos sistemas repressivos é uma realidade que terá de ser aceite.

tentamento se podia ruminar em casa já passou. O que não agrada de modo algum à ditadura fascista que levou o Chile à ruína, pois o povo na rua representa a sua própria ruína.

As declarações de Volodia Teitelboim ao «L'Humanité» a propósito da Marcha da Fome colocam o dedo bem na ferida chilena: **Pela primeira vez desde o golpe de Estado de 1973, já não são só os pobres que condenam a ditadura. Com um desemprego que afecta 30 por cento da população activa, todos os sectores económicos são afectados.**

Quanto mais cedo tal acontecer menos serão as vítimas a lamentar.

O mês de Março fica assinalado em vários países da América central por fortes lutas populares. No Peru, uma greve



38 000 assassinatos políticos desde 15 de Outubro de 1979 e 3 612 mortos apenas desde o princípio deste ano é o trágico balanço da repressão fascista em El Salvador de que a Comissão Salvadorenha dos Direitos do Homem recolheu testemunhos fotográficos. Dias depois da divulgação destes dados era a própria presidente da Comissão, Marinella Garcia, que era assassinada

nacional paralisou praticamente o país, malgrado a forte repressão desencadeada pelas forças governamentais; o elevado número de prisões, nomeadamente de dirigentes sindicais, não é a resposta mais adequada às reivindicações de massas que em primeiro lugar lutam pela melhoria das suas condições de vida e pelo direito à democracia.

No Equador, uma greve de 48 horas foi a resposta da população às medidas de austeridade decretadas pelo governo, que pretende que sejam os trabalhadores e os que menos podem a pagar a maior factura da crise do país. Nas manifestações realizadas em diversas cidades do país o saldo não abona de modo algum em favor das autoridades: um morto, dezenas de feridos, centenas de prisões.

Em Santiago do Chile, milhares de trabalhadores desceram à rua exigindo «pão, justiça, trabalho, liberdade». Sob o nome de **Marcha da Fome**, os habitantes dos bairros operários da capital protestavam contra o desemprego, a degradação das condições de vida e a repressão.

De nada serviram as prisões de dirigentes sindicais e de centenas de outros activistas, dilas preventivas. Os preparativos da Marcha da Fome não foram secretos. Os apelos à sua realização foram públicos e basearam-se na triste realidade do país: a pior crise de todos os tempos, a fome institucionalizada, a miséria como regra para milhões de pessoas, um regime arbitrário que destruiu todos os direitos. Face a tal situação, o povo desceu à rua exigindo trabalho, o direito à educação, à habitação, à saúde, à liberdade de expressão, ao regresso à pátria de todos os exilados políticos.

Como afirmou a propósito de tão importante manifestação popular o camarada Volodia Teitelboim, do Bureau Político do Partido Comunista Chileno, a Marcha da Fome não foi um acto isolado. Trata-se, disse, de dar forma ao enorme descontentamento da população e da sua expressão pública. O tempo em que o descon-

No entanto, segundo afirma, apesar de estarem reunidas as condições objectivas para a queda de Pinochet, o problema que se coloca no Chile é que a resposta da oposição não é ainda bastante para o conseguir. Noventa por cento das forças políticas estão contra a ditadura mas estão, de momento, elas próprias divididas.

Há que desenvolver todos os esforços para ultrapassar esta situação, como defendem os comunistas chilenos, conscientes de que se é certo que os Estados Unidos — pai do regime fascista — não estão seguros da sobrevivência do que impera no Chile, não é menos certo que os Estados Unidos não estão dispostos a jogar outras cartas que alterem a aparência sem mudar o conteúdo.

Por outro lado, como a experiência chilena também já demonstrou, as tentativas para afastar o Partido Comunista da solução indispensável para a situação no Chile estão condenadas ao fracasso. Hoje como sempre, os comunistas chilenos pronunciam-se pela unidade de todas as forças, sem excepção, que estão contra a ditadura.

A Marcha da Fome, realizada em 24 de Março passado, insere-se plenamente nesta política de unidade. Não foi a primeira acção de massas nem será a última; muitas outras seguirão até à vitória popular contra a ditadura, e cada uma delas será mais forte quanto mais ampla for a unidade conseguida.

No estertor da morte, a ditadura poderá levar a repressão, como único argumento de que dispõe, até às últimas consequências. A solidariedade internacional terá aqui um importante papel a desempenhar. E terão de ser os democratas, as forças progressistas de todo o mundo, a pressionar os respectivos governos para que se não deixem intimidar pelos desastres norte-americanos e façam da solidariedade activa para com os povos em luta a afirmação da sua própria dignidade.

## Médio Oriente

# Israel prepara agressão à Síria

Depois da «experiência» sionista no Líbano, a Síria começa a aparecer aos olhos da opinião pública internacional como o próximo alvo da escalada imperialista no Médio Oriente.

Os pretextos, argumentos e razões que hão-de justificar no futuro a agressão que se cozinha vão aparecendo diariamente na imprensa, numa forma que parecendo embora pueril seria perigoso subestimar. O alerta que a propósito chegou recentemente da União Soviética confirma que há motivos sérios para preocupações.

Numa declaração sobre o Médio Oriente, o governo soviético salienta os preparativos militares de Israel com o objectivo de assestar um golpe criminoso à Síria, a pretexto das medidas puramente defensivas tomadas por aquele país árabe face às ameaças crescentes de Telavive.

O argumento não é novo. Dispondo do mais poderoso e

sofisticado arsenal de guerra que lhe é fornecido pelos Estados Unidos, Israel olha para os países vizinhos e «não admite» que em território soberano outros Estados se encare a sério o problema da defesa. Responsável por toda a instabilidade em que há umas décadas a esta parte vive o mundo árabe, Israel, país onde as despesas com armamento são das mais elevadas do mundo, sente-se

permanente ameaçado. A má consciência dos responsáveis sionistas não basta no entanto para explicar a sua política agressiva. Mesmo partindo do princípio de que Israel partilha a teoria de que a melhor defesa é o ataque, seria necessário que tivesse havido ataque para de algum modo justificar os planos agressivos contra a Síria. A realidade é outra, como a declaração soviética faz notar: a Síria representa o principal obstáculo na via da realização dos objectivos expansionistas dos dirigentes de Telavive.

Invasido e ocupado o Líbano sob o pretexto de liquidar a OLP, Israel provou já à sociedade que razões mais profundas presidiram à sangrenta aventura. A recusa em retirar do território libanês sem garantia de continuar a exercer um controlo determinante na vida interna daquele país não deixa lugar a dúvidas. Outro tanto se poderá dizer da política sionista nos territórios árabes ocupados, onde todas as manifestações nacionais são violentamente reprimidas. Os envenenamentos de jovens palestinianos, o prosseguimento de instalação de novos colonatos contra todas as indicações das Nações Unidas, as tentativas de liquidação das mais elementares manifestações culturais da população árabe, as prisões e assassinatos de quantos se atrevem a protestar contra o domínio pre-



A repressão é o pilar essencial da política de Begin

potente israelita são testemunhos elucidativos dos objectivos sionistas.

A existência nas proximidades de Israel de um país como a Síria, que não se curva aos interesses norte-americanos, que está solidário com a justa causa do povo palestiniano e empenhado na defesa da unidade árabe, e que por isso mesmo tem a seu lado, como oportunamente recordou o governo soviético, «os patriotas árabes, os países socialistas e todos aqueles que prezam a causa da paz, da justiça e da dignidade», não pode agradar ao imperialismo.

E tanto assim é que, enquanto por um lado os Estados Unidos procuram salvar a face fazendo gala de «divergências» com Israel, a quem «ameaçam» de não fornecer novos aviões F-16 enquanto as tropas sionistas não saírem do Líbano, por outro lado têm um novo lote de F-15 e F-16 já pronto a ser entregue. E enquanto Philip Habib finge de mediador nas conversações israelo-libanesas, avançando com propostas inaceitáveis para a dignidade do povo libanês, as tropas israelitas não só consolidam posições no sul do Líbano como liquidam a economia local e impõem os seus próprios produtos, regras de vida sob ocupação.

Apertando a teia da provocação à Síria, Israel trilha o perigoso caminho de um novo confronto militar. Confiante em so-

lucões de força e porventura esquecendo a profunda diferença de situações entre a Síria e o Líbano, as forças sionistas podem estar à beira de abrir a porta à internacionalização dos conflitos do Médio Oriente. Internacionalização que iria neste caso mais longe que a presença norte-americana, e que poderia arrastar para um confronto forças antagónicas igualmente poderosas.

Ao recordar que «só através

de esforços políticos de todas as partes interessadas, por uma solução equitativa e global e não pela força das armas e a via da guerra, é possível garantir os direitos e interesses legítimos de todos os povos do Médio Oriente», o governo soviético estende de novo a mão ao diálogo e alerta para os perigos da recusa de tal diálogo. Que o imperialismo e o seu fiel aliado sionista o saibam entender!

## MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

**Partido Comunista do Uruguai — lutar pela recuperação imediata da democracia — "O Comité Central do Partido Comunista, ao realizar uma profunda análise da situação do país, da correlação de forças, do estado de espírito das massas e do repúdio geral pela ditadura, tirou a conclusão de que surge um novo momento político, que com a continuação da luta deve levar à derrota da ditadura". — Esta a conclusão fundamental saída da reunião do CC do PCU, realizada no fim de Fevereiro.**

Na análise inserida na Declaração aprovada nesta reunião, destaca-se que, na sequência «da vitória popular no plebescito de 1980 e da continuação da resistência antiditatorial, as eleições de Novembro de

82 — transcendendo o seu carácter concreto de comícios dos partidos autorizados — tiveram um grande significado».

Isto porque, mais de 82 por cento dos votos foram votos contra a ditadura e ainda porque o voto em branco testemunhou da presença inequívoca da Frente Ampla — «Uma força perseguida, reprimida e proibida — como o é o seu próprio prestigiado dirigente, general Liber Seregni —, que apesar de tudo conseguiu reunir 85 mil votos, mostra o seu enraizamento na vida nacional, a sua projecção histórica».

Comentando ainda os resultados eleitorais, o Partido Comunista do Uruguai salienta: «estamos perante uma vitória contundente de toda a oposição, perante uma elevada expressão da

consciência democrática do povo uruguayo — com um significativo papel das novas gerações — e uma adesão favorável de grandes sectores à ideia da convergência, como ficou demonstrado em múltiplas e combativas manifestações após o triunfo. As massas saíram à rua».

A alternativa que se apresenta baseia-se «na criação da Frente Ampla e o desenvolvimento do Partido e da Juventude Comunista como forças dotadas de um peso efectivo na vida da República» e até na forma como o golpe fascista foi enfrentado — «Foi factor decisivo, que desde o primeiro momento do golpe, se tenha iniciado a resistência popular, com a heroica greve geral que convocou a CNT (Central de Trabalhadores) colocou uma

vez mais a classe operária no centro da cena nacional como a grande defensora da democracia, reunindo à sua volta os estudantes, amplas forças populares e contando com o apoio de outros sectores democráticos. Desde a greve geral — cujo décimo aniversário se comemora este ano — prosseguiu uma resistência persistente, sob múltiplas formas, a que os comunistas — severamente reprimidos — contribuíram com uma justa linha política e com uma militância exemplar junto a outros homens do povo, desafiando as torturas, a prisão, e em muitos casos a morte».

Nesta base se criaram «as premissas objectivas e subjectivas para a derrota definitiva da ditadura», que só a luta de massas pode decidir.